

suficientes para o propósito desta abordagem, que contemplou paradigmas diversos, divergentes e coincidentes.

A ponte para a compreensão de como a *Capoeira Angola* e a *Dança Afro* enquanto educação, arte e cultura podem apresentar alicerces - conhecimento e recurso para políticas de educação multicultural, é ligada quando percebo que, seja em que época histórica ou civilização, se os fins da educação é o crescimento individual e coletivo para a multiplicação de bens sociais, para a melhoria e acesso livre para todos sem discriminação, encontra-se o consenso da sua função.

Devido às relações de contexto, e consciente do trabalho desses autores africanos referendados é que busco através da fundamentação de Estudos das Civilizações Tradicionais Africanas, das pesquisas produzidas sistematicamente por cientistas negros e não negros, comprometidos em fazer a leitura sensível das especificidades locais no Brasil, é que vem sendo possível explicar-compreender-agir e principalmente, reeducar a população na direção de outras possibilidades educacionais como sustenta a tese que, para isso, busca o conhecimento da historicidade dos sujeitos sociais, suas culturas e civilização.

Possibilitando conhecer como essa epistemologia e metodologia afro-brasileiras se expressam em prática pedagógica, explicito relevantes ações conquistadas e em processo de execução, resultado dessa luta e movimento social brasileiro, que indica a necessidade de implementação de políticas públicas na educação local e nacional.

2.2.1 INICIATIVAS ATRAVÉS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS E ESTADUAIS POR APROVAÇÃO DE LEIS E ALGUMAS AÇÕES

A ação pela preservação da cultura afro e a luta pelos direitos humanos no Brasil vêm de séculos passados, pode-se dizer que se originaram das organizações quilombolas, das organizações religiosas, das organizações político-associativas e recreativas. Destaca-se dentre estas, a *Frente Negra Brasileira*, na década de 30, sendo representativa no século passado. Por ter conseguido a

mobilização de 200 mil militantes entre trabalhadores e desempregados, e um fato importante, a presença das mulheres que trabalhavam como empregadas domésticas, além de crianças.¹¹

Barbosa (1998, p.12), expressa o papel que esta instituição exerceu no contexto de sua existência

A Frente Negra ofereceu, a essa população marginalizada, possibilidades de organização, educação e ajuda no combate à discriminação racial. Incentivou a conquista de posições dentro da sociedade e aquisição de bens. Foi, sem dúvida, conservadora, expressava aspirações políticas limitadas. Mas tentou dar aos afrobrasileiros condições de se integrarem à sociedade capitalista e conseguiu resposta popular, como prova o grande número de filiais que estabeleceu e de associados que conquistou.

Posteriormente, com a instituição do *Movimento Negro Unificado (MNU)* em 1978, que atualmente completa este 28 anos de ativismo, sua importância e expansão são fundamentais, enquanto um movimento contemporâneo.

A sua ação de vigília no combate ao racismo e à discriminação na sociedade é seu maior desafio. No campo educacional, articula entre as demais organizações de resistência negra, para criar propostas, deliberar e buscar implementá-las.

Em janeiro de 2003, a lei federal que recomenda a inclusão da história e da cultura negra no currículo é uma vitória; todavia, é preciso criar e oferecer condições para que sejam atingidos os objetivos fundamentais.

No âmbito municipal em Salvador, verifica-se a aprovação de algumas leis e iniciativas junto à rede de ensino. Já no nível estadual, são incipientes a adoção de medidas e políticas voltadas para esse fim, o que dificulta um processo inadiável de decisões e ações, pois as transformações observáveis no campo educacional se dão de forma lenta, e envolvem mudanças de comportamentos, de valores, de atitudes, de aprendizados.

No espaço universitário, a luta recente é a favor das cotas para oportunizar a comunidade afrodescendente atingir formação profissional num nível mais elevado, e também preparar melhor as futuras gerações.

¹¹ Esses dados são encontrados no Caderno de Educação do Ilê Aiyê, volume I, *Organizações de Resistência Negra*.

Os movimentos sociais que elegem a educação como meta importante buscam encontrar motivações para tornar o espaço escolar, por exemplo, identificado pelas culturas que trazem os sujeitos que dele participam.

Essa identificação pode ser, também, despertada através de expressões como o teatro, a dança, os esportes, diferentes jogos, a música, a capoeira, cuja linguagem corporal é rica e de importância para o entendimento histórico do povo brasileiro que, como instrumento de educação, tem meios para caminhar junto a outras formas de expressão.

Os processos e resultados proporcionados através dessas linguagens contribuem muitas vezes, para elevação da auto-estima, autoconfiança de crianças, adolescentes, jovens, adultos, na medida em que, trabalham sua expressão corporal através da beleza, da sua capacidade de enfrentamento, da sensibilidade, do gosto em evidenciar a cultura que é portadora e isso já favorece interesse, valorização, participação, entre outras coisas.

Pelas qualidades enunciadas é que, de forma breve, mostro como a comunidade negra vem implementando ações afirmativas no campo pedagógico, utilizando-se dos seus elementos culturais significativos sem, com isso, desprezar os que vêm de um modelo nacional.

2.2.2 Ações Afirmativas pela Comunidade Negra Baiana

[...] Destruíram nossa forma de passar nossos conhecimentos.
Destruíram nossa forma de curar nossos corpos
Destruíram nossa forma de nos respeitarmos.
Destruíram nossa criatividade.

Mas não destruíram nossa competência e capacidade de lutar e é por isso que aqui estamos juntos, embora muitas vezes divididos por questões menores, mas estamos juntos no essencial, na busca e reencontro da nossa ancestralidade que nos dignifica diante da história e da humanidade.

(SIQUEIRA, 2002, p. 29)

Um aspecto presente nos núcleos culturais de herança africana na Bahia é a ancestralidade, fundamento de manutenção, continuidade e força que leva a transcender seus espaços, dando ênfase a um jeito de ser, fazer e estar. A força vinda daí cria e recria mecanismos de resistência cultural traduzido em ações educativas e afirmativas, as quais, evidencio nesta construção.

A **Escola Eugênia Anna dos Santos**, no Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, no bairro do Cabula, nome que homenageia a fundadora da comunidade religiosa africana de São Gonçalo do Retiro, há alguns anos, vem implementando uma educação diferenciada pela inclusão da cultura afro-brasileira no currículo, assim como no processo de formação de professores que ali trabalham. Esta obteve reconhecimento pelo MEC enquanto uma “escola referência”.

Atualmente, o *Projeto Ire Ayó*, elaborado e coordenado pela professora Vanda Machado, pesquisadora e ilustre filha do Opô Afonjá, é responsável pelas diretrizes da “pedagogia nagô” cuja perspectiva é “contemplar a pluriculturalidade brasileira, é criar a possibilidade da criança relacionar-se com o mundo de dentro para fora. É criar a possibilidade de encontrar o mundo a partir de si próprio” como define sua idealizadora. A proposta tem como objetivo o “fortalecimento da identidade, de auto-estima e de preparação para a cidadania participativa” (MACHADO, 2004, p. 112).

Esta escola estabelece nova organização e dinâmica, respeitando nesse espaço os conteúdos afro-brasileiros. O valor pedagógico da arte tem grande importância, haja vista nas atividades da escola, o funcionamento de oficinas de dança africana-brasileira, teatro, capoeira, isso podendo convergir para uma vivência mais intensa por parte dos alunos integrantes, através da encenação teatral de contos, lendas, histórias baseadas neste universo.

A **Escola Mãe Hilda**, fundada dentro do Ilê Axé Jitolu foi um desejo que realizou a guardiã maior, a Iyalorixá Hilda Dias dos Santos Jitolu ou simplesmente, mãe Hilda, Um terreiro situado no bairro da Liberdade é o núcleo de orientação espiritual e de tradição do Bloco Afro Ilê Aiyê.



Figura 28. A Yalorixá Mãe Hilda Jitolu, recebendo o carinho e homenagem de alunos da sua escola. Arquivo: Mãe Hilda

Os terreiros dos quais presencio suas atividades não têm se limitado apenas, aos espaços litúrgicos, eles extrapolam atingindo outras dimensões, levando contribuições sociais para a comunidade local. Além de aconselhar e desenvolver espiritualmente, representar uma liderança negra, cuidar de tradições e transmitir valores humanitários, os terreiros de candomblé promovem seminários, palestras, produções literárias, documentos em vídeo, festivais de arte negra, oficinas de dança africana e de percussão, artesanatos, museus voltados para a preservação do acervo, memória histórica e escolas.



Figura 29 . Mãe Hilda Jitolu e a primeira turma de alunos da escola. Esta é a idealizadora e fundadora da Escola Mãe Hilda de ensino fundamental. Na foto, nota-se que o espaço da sala de aula é acolhido pelo salão de festas do terreiro de candomblé Ilê Axé Jitolu. Arquivo: Mãe Hilda

Através das ações dos terreiros, surge na sociedade baiana um conhecimento específico, sensível e vivenciado, muitas vezes, traduzido em arte, que proporciona fundamentalmente, uma inspiração reafirmada por professores recriadores da dança afro-baiana. Ao cumprirem seu papel de educadores, refletem sobre o conteúdo trabalhado, apropriando-se de categorias artísticas (coreografias, espetáculos, oficinas e cursos de dança), como sendo fruto dessa referência.

A experiência educacional da Escola Mãe Hilda tem sido objeto de investigação em dissertações e teses¹² pela relevância do trabalho. No ano de 2004, esta escola de ensino regular no nível fundamental foi transferida das dependências do terreiro para o Edifício Antônio Carlos Vovô, inaugurado em novembro de 2003, atual sede do Bloco Afro Ilê Aiyê, um arrojado prédio na Rua do Curuzú onde passam a ser desenvolvidas todas as atividades do Ilê que se constitui, da Escola Mãe Hilda, a Banda Erê que é um grupo de canto e música percussiva formado por crianças e adolescentes; a Banda Aiyê, grupo de canto e música percussiva formado por profissionais adultos; Grupo de Dança formado por jovens dançarinos, todos esses, no âmbito artístico, realizam *shows* em Salvador, noutros estados e países.

¹² No Programa de Pós-graduação em Educação da UFBA temos: *O processo educativo-cultural do Ilê Aiyê: o Projeto de Extensão Pedagógica*, de Elias Lins Guimarães, defendida no nível de doutorado em 2001, orientada pela Prof^a Dr^a Maria de Lourdes Siqueira; *Museu do Ilê Aiyê: um espaço de memória e etnicidade*, de Joseania Miranda Freitas, defendida como mestrado em 1996, orientada pelo Dr. Rogério Cunha de Campos e Co-orientação da Dr^a Maria de Lourdes Siqueira. No Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, temos: *Festa e resistência negra: o carnaval no contexto dos Blocos Afro Ilê Aiyê e Olodum em Salvador BA*, de autoria de Maria do Carmo Araújo em 1996.



Figura 30. Sede do Ilê Aiyê, Bairro da Liberdade, Curuzu, Salvador-BA. Arquivo: Ricardo Biriba

A direção da Escola Mãe Hilda passa para sua filha Hildete Benta dos Santos, que atuava em sala de aula anteriormente na escola, e conta que a transferência para as novas instalações permitiu a ampliação do espaço físico, o que proporciona às crianças, maior liberdade. As salas de aula também se ampliaram; existe espaço para o recreio e possuem uma biblioteca. No nível das atividades, estão disciplinas básicas do currículo formal, aulas de Educação Física, Capoeira, Inglês básico e participação na Banda Erê. Em resumo, expressa a diretora, “a escola é pequena, existem muitos problemas, mas é gratificante, e o que acontece serve de experiência”.

Além dessas ações, o Ilê Aiyê promove concursos, festivais, seminários, oficina de confecção de calçados, roupas, adereços afro, cursos de culinária e cozinha profissional e materiais didático-pedagógicos que dão suporte à sua filosofia e prática de trabalho e educação.

O sociólogo, doutor em educação Elias Guimarães (2004), através de seus estudos sobre o Ilê Aiyê, traduz a proposta político-pedagógica da Escola Mãe Hilda, de onde pinço alguns aspectos:

[...] Há nos seus princípios a recorrência à vivência dos valores perpassados pela comunidade do Ilê Axé Jitolu, configurados numa cosmovisão que, ao buscar os valores, a história e a cultura das reconstruções africana na diáspora, imprimem a construção da consciência negra, o resgate da identidade etno-ancestral e o reconhecimento da auto-estima e, desta forma, a valorização da cultura popular baiana e a espiritualidade do povo negro [...] A seleção do currículo, os recursos e as experiências cotidianas de ensino e aprendizagem que caracterizam as práticas educativas promovem a construção de conhecimento, destrezas, atitudes, crenças, normas e valores necessários para ser cidadão numa sociedade que exclui o povo negro. Representam o reconhecimento e a valorização de um horizonte de significados que 'vem de dentro', isto é, gestado no interior de suas práticas socioculturais, ancorado em valores políticos, princípios ético-morais e saberes que revelam a singularidade de um agir social. Configura-se como uma pedagogia de ação cultural que comporta uma proposta educativa de emancipação social.

(GUIMARÃES, 2004, p. 168-170).

A atitude adotada por determinados núcleos culturais em nossa cidade encontra meios para redimensionar sua finalidade ampliando estratégias e formas de contribuição para a transformação social, na medida em que suas escolas valorizam a criança e seu mundo, o que sua família, seu bairro, sua cidade sabe fazer, esta forma de reconhecimento leva a uma maior consciência e identificação cultural.

Nasce em 31 de julho de 1992, a **Cooperativa Educacional Steve Biko** e posteriormente, o **Instituto Cultural e Beneficente Steve Biko**, que passa a abrigá-la, sendo esta uma iniciativa de militantes do movimento contemporâneo de combate ao preconceito e à discriminação racial.

Optam, como uma das estratégias de ação, por preparar estudantes negros para ingressarem nas universidades, uma vez que estes, normalmente não podem pagar os altos preços cobrados pelos cursinhos e colégios especializados e ficam impossibilitados de concorrer em igualdade no percurso de alcançarem o ensino superior. Então, a instituição é formada por "[...] jovens negros contribuindo para a inserção de outros jovens negros na academia, mas muito mais que isso,

conscientes da importância política dessa inserção, num espaço que historicamente lhes fora negado" (SANTOS, 2002, p. 327).

Avaliando esta iniciativa que é considerada um avanço em nosso meio, soma-se à adoção de políticas públicas pelo governo federal e estadual em fase de implementação através da criação de programas específicos, bolsas de estudos, endosso à reserva de vagas através de cotas para as universidades públicas, como forma de assegurar o ingresso de jovens oriundos das escolas públicas de nível médio atingirem, assim, o nível superior; todavia, a militância identifica que, além disso, é preciso criar condições para garantir a permanência até chegarem à conclusão de seus cursos.

A Cooperativa, na opção pelo enfrentamento do problema pela educação, acompanha o que muitos teóricos da área já apontaram como novos caminhos para superar os mecanismos da escola enquanto aparelho ideológico do estado que leva a "imobilidade social do segmento afro-brasileiro, sendo o currículo o principal aliado neste processo..." (SANTOS, 2002, p. 329). Por isso, as atitudes pedagógicas da Biko são de intervenção sociopolítica e racial, não apenas para escolarizar indivíduos, mas para formar sujeitos.

Para tanto, existe uma atenção especial à dinâmica da instituição, desde o processo pedagógico, que envolve encontros com convidados para discussão de temas, dinâmicas de grupos, eventos de integração tomando como calendário datas de referência na luta de emancipação do povo negro na África, Brasil e demais países da diáspora, assim como personalidades, a estética do ambiente institucional, acentuando o universo afro-brasileiro, a constituição interdisciplinar do currículo que incorpora conteúdos estabelecidos pelo vestibular, também os fundamentais para a recolocação da posição do afrodescendente em nossa sociedade.

A experiência educacional da Cooperativa Steve Biko foi instrumento de estudo e pesquisa de mestrado em educação na UFBA pela mestra Maria Durvalina Cerqueira Santos, fundadora do Instituto Cultural e Beneficente Steve Biko.

Na **Universidade Federal da Bahia (UFBA)** e na **Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**, em consequência da discussão nacional da adoção de políticas públicas para afrodescendentes, pouco a pouco vai instituindo programas de ação.

Numa breve retrospectiva, a UFBA cria, em 1959, o **Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO)**, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, objetivando documentação e preservação da memória cultural da Bahia. Instalou uma biblioteca com títulos específicos a esta cultura, promove pesquisas, encontros, intercâmbios culturais, cursos, seminários e, como extensão, abre o espaço universitário às comunidades. O CEAO vem priorizando no universo baiano, estudos mais voltados para o candomblé.

Recentemente, cria um *Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos*, com duas linhas de pesquisa complementares e inter-relacionadas, oferecendo 15 vagas em nível de mestrado e oito em nível de doutorado, para pessoas de qualquer área disciplinar. O objetivo é formar pesquisadores voltados para o contexto africano e para as populações afro-americanas, com ênfase nos processos de construção de identidades étnicas e raciais.

No âmbito da universidade pública é uma proposta pioneira, buscando atender uma demanda crescente por especialistas no campo, desde a introdução de temas afro-brasileiros e africanos nos currículos escolares, além de preparar pesquisadores pós-graduados para atuar em organismos nacionais e internacionais, centros de pesquisa, organizações não-governamentais, instituições privadas e ensino médio e superior.

O corpo curricular¹³ é composto pelas disciplinas obrigatórias, teoria das relações étnicas e raciais, seminário de metodologia e prática de pesquisa e optativas que da linha de pesquisa *Estudos Étnicos* são: A nova historiografia da escravidão; Cor e classe no Brasil contemporâneo; Iconografia e imagens da diáspora africana; Identidade étnica e escravidão; Identidade étnica e literatura; Música, identidade e etnicidade; Organizações negras: estratégias e relações de poder; Relações entre língua(gem), identidade étnica e poder; Relações raciais e étnicas: perspectivas comparativas. Como disciplinas optativas da linha de pesquisa

¹³ As disciplinas do Curso de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos são ministradas pelo corpo docente, sendo que: são professores permanentes: Angela Lühning; Carlos Eugenio Libano Soares; Florentina da Silva; Jeferson Bacelar; João José Reis; Jocélio Teles dos Santos; Livio Sansone; Luis Nicolau Pares; Maria do Rosário de Carvalho; Valdemir Zamparoni; Como professores participantes: América Lúcia Silva César; Cláudio Pereira; Paula Cristina da Silva Barreto; Ubiratan Castro; Pesquisadores Associados ao Programa: Ângela Figueiredo; Helena Calvo; Lara Mancuso; Alguns professores convidados: Achille Mbembe; Agustín Lao; Antônio Sérgio Guimarães; Fernando Urrea; Marcos Chos Maio; Michel Agier; Peter Fry; Ramon Grosfoguel; Omar Thomaz; Ricardo Ventura dos Santos; Teresa Cruz e Silva; entre outros.

Estudos Africanos estão: África e as ciências humanas; África, ciências & colonialismo: questões teóricas; África: paradigmas do colonialismo e estratégias africanas; África: tribo, etnia e nação – conceitos e histórias; Religiões na África.

Uma das perspectivas do curso é que os estudantes, a depender do interesse de cada projeto, realizem pesquisas de campo na África, América Latina e Caribe. Portanto, se a UFBA através do CEAO disponibiliza um curso com tais características e objetivos para a sociedade é porque atendeu às reivindicações do movimento negro como um todo e, especificamente da Bahia, e incorpora a elaboração produzida de diversas formas por este movimento, uma epistemologia a partir das civilizações africanas tradicionais e reelaboradas em África e na diáspora.

A criação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos na UFBA é importante, porém, é preciso ampliar para diversos cursos e fortalecer núcleos de estudos e pesquisas voltados para tal perspectiva, não apenas junto às Ciências Humanas, o que é imprescindível, haja vista, na referida Faculdade, denominado Campus de São Lázaro, funciona o **Programa A Cor da Bahia**, viabilizando produção de pesquisas, teses, dissertações, debates, intercâmbios e publicações.

Na Faculdade de Educação no PPGE, existiu a **Linha de Pesquisa em Educação e Diversidade Étnica e Cultural**, que oportunizou a produção de dissertações e teses escritas na maioria por pesquisadores negros que encontraram uma porta para a sistematização de estudos voltados para referências culturais de interesse e identificação; contudo, apesar de resultados significativos obtidos tanto pelos professores comprometidos e sensíveis às questões, cito o Dr. Marco Aurélio Luz, a Dr^a Maria de Lourdes Siqueira, o Dr. Edivaldo Machado Boaventura, que junto a esses estudantes, realizaram uma produção que vem contribuindo com outras pesquisas e com a posição em que esses estudantes já ocupam como professores do ensino superior em universidades e faculdades na Bahia¹⁴.

¹⁴ Os estudantes afrodescendentes do Programa de Pós-graduação da FACED-UFBA, que estão atuando no ensino superior: Dr^a Ana Célia da Silva, professora da UNEB; Dr^a Narcimária Patrocínio Luz, professora da UNEB; Dr. Elias Lins Guimarães, professor da UCSAL e UESC; Dr^a Joseania Miranda Freitas, professora da UFBA; Mestra Amélia Conrado, professora da UFBA; Mestra Maria Durvalina Cerqueira Santos, professora da FAMEC e da UnC; Mestra Nanci Franco Rebouças, professora da Faculdade Cairú e UEFS; Mestra Vanda Machado que é idealizadora e coordenadora de projetos e escritas na perspectiva da pedagogia nagô, entre outros.

Esta Linha foi extinta do Programa de Pós-Graduação, o que é reivindicada a continuidade da proposta através de abaixo-assinados e documentos encaminhados pelo grupo de estudantes que se pós-graduaram. Estes não obtiveram nenhuma resposta. Em termos desta universidade, existe a necessidade de serem identificados e evidenciados outros núcleos de estudos que estejam trabalhando nessa perspectiva.

Com o avanço das estratégias, projetos e ações do movimento negro no Brasil, este conseguiu colocar na pauta do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a urgência de se criar e implementar políticas públicas para resolver questões históricas em relação aos afrodescendentes. Dentre algumas exigências, assegurar e garantir o direito destes à universidade pública, em que autoriza este governo se instituir medidas, uma delas, tem sido a adoção de cotas específicas para ingresso no ensino superior.

De forma ilustrativa, apresento um quadro de tabelas elaborado pela UFBA, a partir da demanda do vestibular em que se instituiu o sistema de cotas para suscitar algumas observações que acho fundamental serem destacadas.

Ela implantou um Programa de Ações Afirmativas no ano de 2004. Em janeiro de 2005 realizou seu primeiro vestibular com a reserva de vagas (43%) para alunos egressos da escola pública (deste percentual 85% são reservados para pretos e pardos e 15% para brancos), 2% para índios-descendentes e duas vagas por curso para índios aldeados e quilombolas. Observando, a seguir, dados comparativos do Vestibular de 2005 e de anos anteriores, encontra-se:

Tabela 1

Universidade Federal da Bahia
 Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
 Setor de Informação e Documentação
 Demanda Social - 1998-2005

% de Candidatos Inscritos no Processo Seletivo
 1998-2005¹

Onde fez o Ensino Médio	Total Geral Inscritos					
	1998	2001	2002	2003	2004	2005
Pública	39,2	39,1	45,4	41,8	49,8	49,1
Particular	60,5	42,5	48,9	51,3	45,0	49,7
Não respondeu	0,3	18,4	5,7	6,9	5,2	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PROPLAD-Demanda Social

*por tipo de escola

% de Candidatos Classificados no Processo Seletivo
 1998-2005¹

Onde fez o Ensino Médio	Total Geral Aprovados					
	1998	2001	2002	2003	2004	2005
Pública	29,7	30,9	37,7	33,2	31,7	50,4
Particular	70,1	47,5	52,8	61,2	62,4	48,5
Não respondeu	0,2	21,6	9,5	5,6	5,9	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PROPLAD-Demanda Social

*por tipo de escola

A Tabela 1, que traz o percentual de candidatos inscrito por tipo de escola, observando esse período de cinco anos de 1998 a 2005, por exemplo, em 1998, os alunos oriundos das escolas particulares (60,5%), era quase o dobro da procura em relação aos de escola pública (39,2%), já em 2005, a mudança deste dado é significativa, ou seja, estudantes de escolas públicas buscaram o concurso do vestibular¹⁵ e os de escolas particulares diminuíram, passando a ficar mais ou menos 50% para alunos de uma escola, e 50% para o da outra.

Chamo a atenção de que em termos da realidade social, a demanda de estudantes que concluem estudos no nível médio nas escolas públicas é muito grande em relação aos estudantes das particulares.

¹⁵ Essa busca pelos estudantes oriundos da escola pública também acontece, na medida em que para eles, a taxa de inscrição no vestibular passou a ser gratuita, que pelo valor cobrado, inviabilizava até a possibilidade de se inscreverem.

O que talvez, venha acontecer em breve, devido à instituição desta política é o ensino público ser de fato e direito, priorizado para aqueles que não dispõem de condição financeira para arcar com sua formação particular e levar dessa forma, os que já pagam seus estudos, prosseguirem nas faculdades e universidades particulares por melhores condições que já possuem, ressaltando que existem casos em exceção dentro desses dois universos.

No entanto, um aspecto deve ser abordado pelo menos no nosso contexto, é que mesmo as faculdades e universidades particulares equipadas com bons laboratórios, salas climatizadas, bibliotecas atualizadas, recursos áudio visuais e multimídias disponíveis, espaço físico e infra-estrutura confortável, entre outros fatores, a realidade das faculdades e universidades públicas, o contrário disso, consequência de uma política de poder econômico-social de desmonte e sucateamento desta para favorecimento de empresários que utilizam a educação como um negócio de rentabilidade, é sabido que o ensino das públicas é de melhor nível e qualidade, principalmente, porque existe um investimento público, ainda que insuficiente, para qualificação permanente de seu quadro profissional, o que não acontece com as particulares.

Na tabela da classificação do processo seletivo, vê-se que em 1998, a aprovação dos estudantes das particulares significava 70% dos aprovados e das públicas, 29,7%. Diferente resultado se deu, após adoção das cotas, 50,4% dos aprovados foram dos estudantes de escolas públicas e 48,5% os das particulares.

Portanto, o que deve acontecer no desenrolar do processo, devido à instituição de cotas é que a presença dos estudantes vindo dos setores sociais que sofrem grandes desvantagens, apareçam em maioria, nos quadros da universidade pública.

Tabela 2

Universidade Federal da Bahia
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
Setor de Informação e Documentação
Demanda Social - 1998-2005

% de Candidatos Inscritos no Processo Seletivo
1998-2005

Cor:Raça	Total Geral Inscritos					
	1998	2001	2002	2003	2004	2005
Branca	48,2	33,2	36,3	34,3	27,3	20,4
Parda	39,5	37,4	42,7	40,8	44,7	52,9
Preta	7,0	8,6	9,8	13,6	18,5	21,0
Amarela	2,1	2,1	2,7	2,7	2,5	2,3
Indígena	2,7	2,5	2,7	1,7	1,5	1,5
Não respondeu	0,5	16,2	5,8	6,9	5,5	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PROPLAD-Demanda Social

Tabela 2

% de Candidatos Aprovados no Processo Seletivo
1998-2005

Cor:Raça	Total Geral Aprovados					
	1998	2001	2002	2003	2004	2005
Branca	53,4	35,4	38,6	40,0	32,8	21,2
Parda	35,3	33,5	39,5	38,9	43,3	56,5
Preta	6,7	7,6	8,2	11,8	14,1	16,9
Amarela	1,7	1,8	2,3	2,2	2,4	1,8
Indígena	2,3	1,7	2,0	1,5	1,3	1,9
Não respondeu	0,6	20,0	9,4	5,6	6,1	1,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PROPLAD-Demanda Social

A Tabela 2 apresenta a demanda social, tomando como dado cor/raça e o resultado da aprovação no vestibular, identificada a referida categoria.

Tem-se como resultados em 1998 a aprovação no vestibular de 53,4% de pessoas da cor branca e 35,3% parda, 6,7 pretas, 1,7% amarela, 2,3 indígena e 0,6% não respondeu. Em 2005, uma mudança significativa no resultado, 21,2% aprovados da cor branca, sendo menos da metade que em 1998, os da cor parda, 56,5%, passando a dobrar a quantidade em relação a 1998, que foi de 35,3% da aprovação, pretos que em 1998, significava 6,7% dos aprovados, já em 2005, passa a 16,9%, os de cor amarela em 1998 eram 2,1% e em 2005, o resultado é 2,3%, proporcionalmente quase não houve alteração, os indígenas que em 1998 representava 2,7%, em 2005, 1,9% demonstrando uma diminuição para este do seu

ingresso e por fim, não responderam a identificação cor/raça em 1998, 0,6 e em 2005, um total de 1,7%.

Tabela 3:

Distribuição Percentual dos Candidatos Aprovados no Processo Seletivo em Cursos de Alto Prestígio, Oriundos de Escolas

Publicas -UFBA (2003- 2005)			
Curso	Aprovados		
	2003	2004	2005
Arquitetura e Urbanismo	30,3	10,68	43,7
Ciências da Computação	30,56	27,27	54,41
Engenharia Civil	31	25,18	44,62
Medicina	14,29	16,78	47,13
Nutrição	21,54	24,32	45,57
Odontologia	11,54	11,3	45,38
Administração	18,18	18,05	45,7
Direito	13,1	14,29	46,97
Comunicação - Jornalismo	12,5	8,93	49,15
Comunicação- Prod. Conum. E Cultura	5,26	18,52	50,85

Fonte: SSOA/UFBA

Observando os quadros acima, percebe-se que com a implementação das cotas para o vestibular, incentivou os estudantes oriundos das escolas de nível médio a prosseguirem pela universidade, coisa que antes da ação afirmativa era inviável devido à condição desigual de concorrência.

O momento desta significativa alteração de um determinado setor público é acompanhado de conflitos, polêmicas, descontentamentos daqueles que até então, nunca haviam se incomodado com problemas que afligiam a sociedade mais ampla, portanto, o que está se instituindo é a possibilidade de um equilíbrio mais justo em termos de oportunidades.

A intenção, aqui, não é proceder com análise densa e, sim, apresentar sucintamente já alguns resultados a partir da iniciativa, que no processo serão avaliados em relação aos avanços sociais. Com isso, digo que foi um passo largo dado pela sociedade e pela universidade.

A criação do **Museu Afro-brasileiro da UFBA**, situado nas dependências da Faculdade de Medicina no Terreiro de Jesus – Pelourinho, permite uma certa visibilidade a símbolos e objetos sagrados da religião africana na Bahia, na África em diversas regiões e da Capoeira baiana, através do acesso às visitas ao local. Acredito que a perspectiva de museu poderia atender uma forma mais dinâmica, viva, servindo como um suporte didático para escolas da rede de ensino, faculdades e universidades, com debates permanentes a partir dos símbolos, objetos e referências existentes no espaço, ressaltando a diversidade do universo artístico, cultural e antropológico desta matriz civilizatória na Bahia.

Sobre a **Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**¹⁶, dentre os seus desafios, o mais recente foi ser pioneira na aprovação de cotas no concurso do seu vestibular para ingresso de afrodescendentes, disponibilizando 40% de suas vagas no ano de 2002 . A tensão causada na sociedade civil por esta iniciativa, que até então, mostrava uma situação “cômoda”, “normalizada”, requer uma análise sociológica densa, pois revelará conflitos sociais com características ímpares, fruto do mito da democracia racial entre nós.

Esta nova “divisão” de oportunidades pelo ingresso nas universidades públicas pelos cotistas, em breve apontará resultados que deverão ser analisados em relação à mobilidade social.

Então, a UNEB é pioneira na experiência da implantação das cotas para afrodescendentes.

Além disso, mantém uma Linha de Pesquisa em Educação¹⁷ voltada para a temática dos estudos africano-brasileiros, promovendo cursos no nível de Especialização e no nível de Mestrado. É extensão desta universidade, o **Centro de Estudos das Populações Afro-Indo-Americanas (CEPAIA)**, situado no Largo do Carmo, nº4, Centro Histórico de Salvador, com o objetivo de estabelecer intercâmbios entre as lideranças comunitárias, pesquisadores e instituições que trabalham na perspectiva da afirmação e expansão dos valores da cultura negra e índia nas Américas. Dentre suas atividades, a promoção de eventos científicos e

¹⁶ Autorizada pelo Governo Federal, conforme Decreto nº 92.937, de 17 de junho de 1986, publicado no Diário Oficial da União, de 18 de julho, tendo como Governador da Bahia João Durval Carneiro e Secretário de Educação, Edivaldo Machado Boaventura.

¹⁷ Esta linha de estudos e pesquisa vem sendo coordenada pela professora Dr^a Narcimária do Patrocínio Luz.

culturais, organização de banco de dados, publicações e ações similares fundamentadas na riqueza etno-cultural constituinte das populações afro-indo-americanas.

Atualmente, é fundamental a realização de estudos sobre ações afirmativas e políticas públicas no ensino superior, porque é neste lugar onde se formam profissionais que irão atuar em diferentes setores do cotidiano das cidades e interior.

A possibilidade de refletir criticamente o papel que esta exerce coloca em evidência a quem ela vem atendendo, de que maneira e com que referenciais. Então, como compreender a condição do povo negro sem dialogar com este no espaço universitário ou nas suas comunidades? Como reconhecer sua importância na formação da sociedade brasileira, se nos conteúdos curriculares é pouco abordado o tema e a história?

Tomando como ponto de partida as conquistas de um movimento social organizado que transita incansavelmente em territórios políticos, econômicos, culturais, artísticos, acreditando de forma preponderante num processo educativo social, não somente escolar, mas de visão humana, ampla, justa, é com tal propósito que a tese busca somar na defesa destes fins. Além dos instrumentos já abordados para tal, verifico, em seguida, o andamento no nível das instâncias das leis públicas em relação à questão.

2.2.3 Revelando e Analisando Leis Federais, Estaduais E Municipais Sobre a Questão Racial

Para tratar das leis sobre a questão racial no Brasil, é imprescindível conhecer a gênese da discussão teórica sobre os direitos humanos, pois pressuponho que, no dia-a-dia, poucos cidadãos sabem sobre seus direitos conquistados nos processos de luta. Buscando na obra *História Social dos direitos humanos*, de Trindade (2002), encontro no início palavras de Frei Betto¹⁸ dizendo

¹⁸ Frei Betto é frade dominicano ligado às comunidades eclesiais de base, foi vítima da ditadura levando-o ao exílio e prisão. Dentro da prisão, conseguiu com um grupo de detentos, desenvolver através da dramatização de suas experiências de vida, um despertar para o autoconhecimento e a

que este livro “busca conhecer os caminhos e descaminhos do esforço do ser humano pela conquista de sua dignidade e liberdade”(TRINDADE, 2002, p. 11).

O autor diz que falar em direitos humanos tornou-se uma coisa maleável, complacente, moldável; talvez tenha perdido seu significado devido ao uso em discursos “revolucionários” cujas práticas eram de expressiva ditadura e castração de direitos no decorrer da história de determinadas sociedades.

Todavia, para abordar os direitos humanos, recorre à memória de aspectos gerais, como por exemplo, a gênese e expansão do feudalismo na Europa, e também a passagem para novo modelo de produção e domínio, o capitalismo, afirmando que os grandes movimentos de idéias que levaram à ruptura de regimes de extremos privilégios são mais evidentes no século XVIII.

Entre os pensadores que colaboraram para a desconstrução da visão e estrutura social do feudalismo estão, Locke, Voltaire, Montesquieu, Diderot, Condorcet, Rosseau, cujas idéias avançadas para sua época, audaciosas, contraditórias, eram abraçadas pelos que desejavam transformações de ordem fundamental levando a revoluções, assim:

A teoria do direito natural inverte, pois, completamente, a ‘pirâmide feudal’. Em lugar de relações verticais (hierarquizadas) instaurar-se-ão relações horizontais (comunidade nascida do contrato social). Deixará de haver rei no cume da pirâmide para governar os homens, mas a expressão da sua vontade geral, isto é, a lei.
(MAILLE, 1994, p.265 Apud TRINDADE, 2002, p.38)

Cria-se nova base para os direitos humanos; a França foi uma referência no século XVIII, em torno dos anos 80, as cortes e seus reinados tornavam-se impopular. Queda das velhas e aristocráticas monarquias da Europa, ascensão da burguesia tomando o poder, classe que queria transformações sociais, e acreditava ser a representante do interesse geral, “contudo, a ambição burguesa, apoiada pela realidade social e econômica, se chocava com o espírito aristocrático das leis e das instituições”. (SOBOUL, 1989, *apud* TRINDADE, 2002, p. 41).

Nesta disputa, é o fim do Absolutismo e ascensão da burguesia que no ano de 1789 “[...] em 7 de julho, os Estados Gerais, adotaram o nome de Assembléia

consciência crítica. Com Paulo Freire, seu amigo, trabalharam educando as pessoas para luta pela vida e liberdade.

Nacional Constituinte e no dia 11 já era apresentada uma primeira versão do que breve viria a ser uma Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” (TRINDADE, 2002, p.48). Este documento foi considerado um manifesto revolucionário na nova França, apesar de que, a criação desta declaração e posteriormente constituição, continuou garantindo privilégios aos grupos abastados,

A história segue; em alguma parte do mundo está se dando conflitos de várias ordens, movimentos de lutas para permanência ou conquista do poder. Os instrumentos internacionais criados para proteção do ser humano podem-se dizer, são recentes, “terminada a Segunda Guerra Mundial, foi criada em 26 de junho de 1945, pela Carta de São Francisco, a Organização das Nações Unidas, [...] impôs-se à comunidade internacional o resgate da noção de direitos humanos” (TRINDADE, 2002, p. 189).

Oriunda da *Carta de São Francisco* é instituída em 10 de dezembro de 1948, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* que “[...] inaugurou o *direito internacional dos direitos humanos* [...] Sob o olhar jurídico, os direitos humanos passaram a configurar uma *unidade universal, indivisível, interdependente e inter-relacionada*” (TRINDADE, 2002, p. 191).

Diante dessas referências, conclui o autor:

[...] se o discurso dos direitos humanos se mantiver como crítica da sociedade, somar-se a todos os outros discursos libertadores e converter-se em práxis ativa da irresignação dos exploradores, oprimidos, humilhados e excluídos, cumprirá certamente papel transformador. (TRINDADE, 2002, p.210).

Apesar da contribuição para o entendimento histórico sobre os direitos humanos, a obra de Trindade (2002), em predominância, volta-se aos acontecimentos europeus e de forma breve, norte americanos, ele revela em que condição, determinados povos se encontravam em relação aos benefícios oriundos das novas leis:

[...] embora índios e escravos constituíssem a maioria da população, não podia mesmo fazer parte das cogitações dos colonizadores levar até eles o espinhoso debate sobre direitos “naturais” do homem - isso não conviria à expansão dos negócios... (TRINDADE, 2002, p. 91).

Constatando que povos indígenas das Américas, povos africanos em seu território ou espalhados no mundo, pelo menos entre o século XVIII até meados do século XX, não foram protegidos pelas cartas por "direitos humanos", surgem a partir daí, novos instrumentos e instituições internacionais voltadas para promover a paz mundial e garantir igualdade de direitos entre os povos. A *Carta da ONU* instituída em 1945 foi um marco, apesar da ONU não se originar como organismo democrático.¹⁹ Assim, esses povos, vêm construindo caminhos de liberdade através de revoluções, que precisam ser colocadas ao conhecimento da humanidade.

Um símbolo para conquista de direitos humanos foi a luta pela libertação da África do Sul contra a segregação, sendo Nelson Mandela a maior liderança. Condenado em 12 de junho de 1964 à prisão perpétua, somente em 11 de fevereiro de 1990 é anunciada pelo presidente em exercício da África do Sul, a suspensão imposta aos presos políticos, ficando Mandela livre da pena. Seu exemplo de luta e vitória é reconhecido por diversas instituições do mundo que lhe prestam homenagens, entre elas, recebe em 1993, o *Prêmio Nobel da Paz* (RENATO; PRATTI, s/d).

Para registrar a longa história de luta dos africanos e seus descendentes, pela soberania e igualdade de direitos, o movimento negro no Brasil vem trabalhando ininterruptamente através de iniciativas.

Na Bahia, por exemplo, o Bloco Afro Ilê Aiyê produz anualmente, estudos, pesquisas e divulgação aberta através do Carnaval de textos, cadernos de educação e criação de várias expressões artísticas voltadas à história dos movimentos de resistência ao Colonialismo Português em Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, como também em nossa sociedade e países da diáspora.

Sendo assim, evidencio leis que foram aprovadas nas instâncias *federal, estadual e municipal* como medidas de reparação à população afrodescendente no Brasil, portanto, favorecendo a sociedade brasileira.

No artigo do advogado Silva (1996, p. 121), *Questões legais e racismo na História do Brasil* é apresentado uma retrospectiva sobre as leis desde a

¹⁹ Sobre este assunto ler na obra do autor de referência a página 189, que trata de algumas organizações e instrumentos internacionais surgidos em meados do século XX.

Independência à Abolição; da República à Constituição de 1988; que na visão do autor:

Os instrumentos legais mais importantes que regulam as relações sociais no Brasil foram, todos eles, aprovados e entraram em vigor nas primeiras décadas desse século. São institutos legais contaminados pela mentalidade escravagista, exploradora e desigual, que sempre dominou as ações dos senhores no Brasil, e que impedem o aprimoramento das nossas relações sociais, na medida que em que simplesmente ignora a maioria da população, que era ex-escrava ou dela descendente. (SILVA, 1996, p.122)

Acredito que uma das leis na instância *federal* que inaugura uma política de combate ao racismo e à discriminação entre nós, é a nº 1.390 de 03/07/1951, *Lei Afonso Arinos*. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça ou de cor. (CRUZ, 1950, p.111-112).

Em linhas gerais, os nove artigos prescrevem como crime, a recusa tanto por estabelecimento comercial como de ensino de atender; servir, receber cliente por preconceito de raça ou de cor; recusar hospedar em hotel, pensão ou outro estabelecimento por discriminação; recusar a entrada em estabelecimento público, de diversões ou esportes, como também, em salões de barbearias ou cabeleireiros; recusar inscrição de aluno em qualquer curso ou grau em estabelecimento de ensino; Impedir por preconceito de raça ou de cor o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou a serviço das forças armadas, entre outras disposições que prescrevem penas de prisão, pagamento de multas em valores que variavam de quinhentos cruzeiros até vinte mil cruzeiros, a perda de cargo público em caso de funcionários, suspensão do funcionamento de estabelecimento particular que reincidir nestes casos, dentre outras.

Atualizando o que já prescrevia a antiga *Lei Afonso Arinos*, a *lei federal nº 7.716 de 05/01/1989*, "define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor", é criada composta por 21 artigos, que dependendo da contravenção, estabelece penas de reclusão que vão de um a cinco anos, perda de cargo ou função pública em caso de servidor público, e suspensão do estabelecimento particular por até três meses.

Passado o período de oito anos da última lei sobre esta questão, a de nº 9.459 de 13/05/1997 "altera os artigos 1º e 20º da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de

1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao artigo 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940”.

A redação dos artigos passa a ser a seguinte: “Art. 1º Serão punidos, na forma desta lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. Aí são incorporadas outras categorias que geralmente são instrumentos de segregação. O “Art.20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. A pena é reclusão de um a três anos e multa.

A última eleição para presidente da República do Brasil, em 15 de novembro de 2002, a vitória do *Partido dos Trabalhadores (PT)* onde a maioria da população elegeu como presidente, o ex-operário metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, nordestino que vivenciou a realidade da exclusão e opressão, mostra o desejo de muitos brasileiros em mudar radicalmente a ordem, com esperanças em novas posturas, decisões em setores fundamentais na perspectiva de eliminar as desigualdades sociais e potencializar o desenvolvimento social, ambiental, econômico, educacional, inclusive, a extinção do analfabetismo, para permitir a todos, o direito de compreender criticamente, expressar-se, comunicar por todos os meios, o mundo em que se vive.

Entretanto, a iniciativa de aprovação da *Lei 10.639*, chamada popularmente de *Lei Lula*, de nove de janeiro de 2003, “ altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de Ensino a obrigatoriedade da temática *História e Cultura Afro-brasileira*, e dá outras providências”, é uma vitória; todavia, é preciso implementá-la, disponibilizar os mecanismos para que de fato seja atingido o objetivo.

Instituições públicas como o Congresso Nacional, Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, Câmara Municipal de Salvador através de seus representantes eleitos através do voto direto, tem por competência, reconhecer, encaminhar e resolver necessidades e problemas da população. As leis que são criadas e aprovadas num regime democrático, em geral, resultantes de ações coletivas em busca de bens sociais.

No Brasil, algumas vêm buscando reparações diante dos problemas históricos existentes que ainda não foram solucionados, outras, criadas para favorecimento de um grupo restrito, ou seja, pessoas que ocupam cargos elevados no governo, empresas internacionais, latifundiários, entre outros, que na minha opinião, são atitudes criminosas e abusivas de poder.

A ausência de campanhas de esclarecimento pelos poderes públicos, especialmente o judiciário sobre direitos sociais, leis, entre outras, dificulta a coletividade de participar e controlar a administração pública em nosso país e é nessa perspectiva em que achei necessário proceder com essa discussão.

No nível *estadual*, é aprovada em 16 de dezembro de 1974, a *Lei nº 3.325* que "declara de utilidade pública a *Sociedade de Estudo da Cultura Negra no Brasil*" (*SECNEB*), assinada pelo governador Antônio Carlos Magalhães.

A *SECNEB* foi fundada em Salvador em 1974, voltada basicamente como instituição de pesquisa e de políticas pluricultural. Dentre suas atividades estão eventos científicos, publicações de livros, revistas, coletâneas, produção e direção de filmes, exposição de obras de arte e produção no campo das artes cênicas.

Em 15 de julho de 1987, a lei nº 4.697 "dispõe sobre modificações na estrutura da Administração Pública do Estado da Bahia e dá outras providências". No art.17, a Secretaria da Justiça -SJ passa a denominar-se Secretaria da Justiça e Direitos Humanos - SJDH, com sua estrutura acrescida pelos órgãos; *Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher*, *Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra* e *Conselho de Proteção aos Direitos Humanos*. Então, legalmente são criadas medidas para proteção de categorias sociais que carecem de atenção especial.

No caso da mulher, o conselho fica responsável em propor e acompanhar políticas e medidas visando à eliminação da discriminação em relação a este grupo social e garantir-lhe condições de liberdade e igualdade de direitos e participação plena em atividades junto à sociedade.

Sobre o negro é realizar estudos, criar e acompanhar medidas de entrosamento entre órgãos governamentais e comunidade negra, com intuito de resgatar o direito à sua plena cidadania e participação na sociedade.

O Conselho de proteção dos direitos humanos é criado para propor e acompanhar medidas objetivando resgatar os direitos da cidadania e do bem-estar, contribuindo para a conscientização social e política da comunidade.

Outra entidade é declarada de utilidade pública em Salvador, a Associação Cultural para Emancipação do Negro- OBDÁDÚDÚ AGÔ YÊ, através da lei nº 5.903 de 27 de julho de 1990, assinada pelo governador Nilo Coelho.

A Lei nº 6.857, de 17 de maio de 1995, "regulamenta as comemorações alusivas ao dia 20 de novembro, definido como o Dia da Consciência Negra", prescrevendo no Art.1º que o Governo do Estado fica obrigado anualmente a realizar programação comemorativa, como já definido no artigo 290 da Constituição Estadual.

Dentre os órgãos representativos locais, está a Câmara Municipal da Cidade de Salvador que argumenta nos seus documentos, medidas que vêm sendo adotadas em benefício às reivindicações da comunidade negra. Portanto, no nível *municipal*, além de leis aprovadas, a Câmara introduziu foto de Zumbi dos Palmares em sua Galeria; promoveu debates e sessões especiais para discutir e enfrentar desafios; acolheu e fez denúncias criando dispositivos para punir racismo e defender suas vítimas; proposição de medidas que preservam e valorizam o patrimônio de suas vítimas; proposição de medidas que preservam e valorizam o patrimônio cultural de origem negra em Salvador. Em 18 de dezembro de 2003, foi instalada a *Secretaria Especial para Reparação*.

Dentre essas iniciativas municipais, a Lei nº 3.492 de 21/06/85 "institui a obrigatoriedade da comemoração da data de 20 de novembro, nos estabelecimentos de ensino da rede municipal", evocando a figura de Zumbi e a República de Palmares, através de atividades comemorativas em escolas, como debates, seminários, palestras.

Já a de nº 4.562/92 "institui a data de 20 de novembro, *Dia Municipal da Consciência Negra*", devendo ser realizadas programações comemorativas na cidade. Sobre a Pedagogia Interétnica é a Lei nº 4.741/93 "institui a criação de curso preparatório para o corpo docente e outros especialistas da Rede Municipal de Ensino, visando à implantação de disciplinas ou de conteúdos programáticos no currículo da referida rede, baseados na cultura e na história do negro e do índio, de

acordo com a pedagogia interétnica e dá outras providências”. Portanto, esta objetiva tratar de uma educação para valorização do povo negro e povo indígena na nossa sociedade, buscando o respeito pelas diferenças étnicas e culturais, juntamente com as demais referências.

A *Lei nº 5.054/95* “dispõe sobre o livre acesso às áreas de condomínio pelos empregados domésticos e dá outras providências”. Assim, elevadores sociais e de serviços, são permitidos, inclusive às áreas de lazer daqueles que residem no imóvel. Observo que apesar da lei aprovada, existe a continuidade da discriminação nos condomínios, o que carece ser divulgado de forma ampla em veículos de comunicação, programas de rádio, televisão, informando tanto a empregadores, empregados e população em geral.

É proibida a fabricação, comercialização, distribuição ou a veiculação de símbolos, emblemas, propagandas, publicidades e outros, que ostentem a cruz suástica²⁰ ou gamada em que induza a preconceito de raça, cor, credo, sexo. A desobediência da lei que trata sobre este assunto que é a de *nº 5.076/95*, o infrator, empresa ou profissional autônomo responsável pela comercialização ou distribuição em propaganda ou objeto, terá alvará cassado.

O dia 13 de Maio é comemorado na rede municipal de ensino como *Dia do debate e da denúncia contra o racismo* através da instituição da *Lei nº 5084/95*, com a competência da Secretaria Municipal da Educação, promover nas escolas debates sobre todas as formas de discriminação junto a professores, alunos, servidores e comunidade onde se localiza a escola.

A *Lei nº 5.119/96* da Câmara Municipal de Salvador decreta no art.1º- Aos estabelecimentos comerciais de diversão públicas tais como: parques, clubes, recreios, indústrias, entre outras que, comprovadamente, pratiquem discriminação racial no âmbito do município de Salvador, serão aplicadas sanções administrativas, como multas, suspensão ou cassação do alvará de funcionamento, conforme o caso.

Apesar de direitos conquistados, leis criadas para proteção do cidadão, ainda são pouco aplicadas para combater a multiplicidade de violências que no dia-a-dia, o homem, a mulher, o idoso e criança enfrentam. Até pouco tempo atrás,

²⁰ Encontro explicado em Dicionário Aurélio, que: Do sânscr. sva sti ka, 'boa sorte!'; Representava a felicidade, a saudação e a salvação, entre brâmanes e budistas. Esta cruz veio a ser adotada pelo hitlerismo como emblema oficial do partido nazista e do Terceiro Reich.

ninguém tinha sido punido pelo crime de racismo contra negros em nossa sociedade e isso acontece freqüentemente.

Neste levantamento, destaco a *Lei nº 5.420/98* que dispõe sobre a proibição da expressão subjetiva “boa aparência” ou equivalente, quando para selecionar candidatos a vagas em estabelecimentos, empresas ou similares. Freqüentemente, a distorção pelo empregador do que seja “boa aparência” estava relacionada à concepção e valor atribuído a pessoa de pele clara, excluindo pessoas negras de ingressarem no emprego, mesmo obtendo melhores resultados e currículo em algumas ocasiões. Outra providência é a proibição de termos que caracterizem discriminação em anúncio ou classificados de emprego.

Assinada em 20 de novembro de 1998 a *emenda nº 15 à Lei Orgânica do Município* que no Art. 1º, acresce ao *capítulo XI - Do Negro*, determinações importantes, como constituir como crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, a prática do crime de racismo, conforme estabelecido nos termos da Constituição Federal.

Na área pedagógica, é enfatizado valorizar a participação do negro na formação da sociedade brasileira. Também, o apoio às pesquisas sobre cultura afro-brasileira. Nas escolas da rede, a cada ano, fomentar estudos que visem a *Consciência Negra*, ressaltando o dia 20 de novembro como data de referência dessas ações.

Ainda constando na Lei Orgânica do Município, no art. 284, sobre veiculação de publicidade institucional na cidade de Salvador, onde estiver mais de duas pessoas, será assegurada a inclusão de uma da raça negra.

O que hoje posso afirmar é que, juridicamente, a cidade de Salvador, dez anos antes da *Lei Federal nº 10.639* de janeiro de 2003, aprovada pelo presidente Lula, já se voltava na direção de ações no campo da educação, pois a *Lei nº 4.741/93* que “institui a criação de curso preparatório para o corpo docente e outros especialistas da rede municipal de ensino, visando à implantação de disciplinas ou de conteúdos programáticos no currículo da referida rede, baseados na cultura e na história do negro e do índio, de acordo com a pedagogia interétnica e dá outras providências”.

Em artigo específico, é proposto conteúdos a serem trabalhados, deixando explícito que eram flexíveis e sujeitos a contribuições de setores da sociedade civil, nacional interessados nestas questões.

Sem dúvida alguma, Salvador possui leis específicas, instrumentos para assegurar a punição de crimes de racismo e discriminação, assim como determinações para ações educativas e afirmativas para valorização e reconhecimento da história e cultura afro-brasileira.

A *Resolução nº 1.412/99* da Câmara Municipal de Salvador aprova Comissão Especial de Inquérito sobre Racismo no Carnaval, cuja função foi criar medidas mais específicas para coibir as práticas discriminatórias no carnaval baiano e apresentar propostas e indicações antidiscriminatórias, mas que dizem respeito à organização geral da festa.

Em virtude da festa do Carnaval baiano, alto investimento financeiro e transações internacionais são realizados, tanto por empresas multinacionais, instituições públicas e privadas, dentre outras. Em contrapartida, crescem visivelmente, a separação e hierarquização de espaços sociais neste período de festa. Devido a isso, um número expressivo de pessoas encontra aí, a única possibilidade de trabalho, geralmente de baixas remunerações por jornadas longas, às vezes, pondo em risco sua integridade. Assim, a criação de leis, sindicatos ou entidades que protejam esses trabalhadores da exploração precisam ser ampliadas.

Além das medidas relatadas anteriormente, a Câmara Municipal de Salvador organizou o *I Encontro Nacional de Vereadores contra o Racismo* no ano de 1995, que teve uma repercussão favorável tanto no nível local como nacional.

O conjunto de normas instituídas no nosso município, no plano jurídico da temática tratada é um avanço.

A busca em abordar, mesmo em síntese, o universo das leis, é fundamental para análise, conhecimento e andamento deste campo complexo, em que o ato político da representação social leva a atos políticos oficiais, formais, conduzidos pelos poderes das Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas, Congresso Nacional e Presidência da República, portanto, identifico como mais um viés a ser aprofundado no nível de estudos por quem vem se dedicando a cuidar da melhoria da população brasileira em termos de equidade.

Em momentos da minha busca aos órgãos específicos que tratam de projetos de leis, documentos, indicações, resoluções, pareceres, a leitura e estudo de longas e complexas páginas significaram aprendizados para mim e para os que, num primeiro momento, diziam não saber ao certo o que existia sobre normatização das leis à população negra, o que se procedeu como pesquisa para ambos.

Além das leis mencionadas, outras vêm se constituindo ano a ano, por exemplo, a de nº 5.817/2000 instituiu como 11 de maio o *Dia do Reggae*, sendo recomendadas atividades pedagógicas nas escolas da rede municipal pela importância do reggae para a comunidade afro-descendente.

Neste mesmo ano, a Câmara Municipal de Salvador procede com a indicação do nome do governador do estado da Bahia, o senhor César Borges, para criar uma delegacia especializada em crimes contra a discriminação racial e outra providência é a reserva junto à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), vagas para estudantes negros e afro-descendentes, oriundos de escolas públicas baianas.

Na gestão do prefeito Antônio Imbassahy, é criada a *Secretaria Municipal da Reparação* através da Lei nº 6.452/2003, composta por dez artigos, onde o Art. 1º especifica sua finalidade que é formular, coordenar e articular as políticas e diretrizes à promoção para a reparação, em áreas de competência que envolve desde o assessoramento ao Prefeito para formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes de reparação, como promoção de reparação em conjunto com áreas de saúde, educação, habitação, proteção de direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase à população negra, lesados por discriminação racial e formas de intolerância.

Além disso, fiscalização e exigência de cumprimento de leis que asseguram direitos da comunidade negra; criação de programas de cooperação entre instituições públicas e privadas, tanto nacionais como estrangeiras para a reparação e da garantia do direito à opção sexual. Promoção de combate ao racismo, xenofobia, intolerâncias raciais e outras formas de discriminação.

Em 19 de dezembro de 2003 é nomeada Arany Santana Neves Santos para exercer o cargo de Secretária Municipal da Reparação. A escolha deste nome significa uma conquista da comunidade negra por ser esta uma professora atuante no ensino público, militante, fundadora de instituições de base no processo de luta deste movimento social e uma ressalva, em virtude deste estudo preocupar-se com

diferenças e desigualdades. O secretariado municipal, composto por 14 secretarias²¹, que em 2003 é criada a da Reparação, destes 15 cargos, 12 são ocupados por homens, apenas três por mulheres, portanto, 80% dos cargos estão em poder do sexo masculino e 20% do poder feminino.

Portanto, a Secretaria da Saúde é ocupada pela senhora Célia Maria Sales Vieira, a Secretaria de Educação pela senhora Dirlene Matos Mendonça e a Secretaria da Reparação por Arany Santana Neves Santos. O regimento da SMUR foi aprovado através do *decreto de nº 14. 862*, de 22 de março de 2004.

Identifico que foi na gestão da prefeita Lídice da Mata, que houve uma significativa ação no sentido da aprovação de medidas e leis para proteção e promoção do povo negro em Salvador. Historicamente, Lídice é a primeira mulher eleita prefeita nesta cidade.

Diante do que foi sistematizado como foco para análises, afirmo que conhecer profundamente as leis que regem os direitos humanos é imprescindível para qualquer cidadão responsabilizar-se pela condição de existir de seu povo e da humanidade.

Acima da busca por reparações que jamais recuperar-se-ão o que foi passado, é encontrar um novo sentido de vida terrestre, planetária, assim:

[...] Descubro-me no mundo e me reconheço com um único direito: aquele de exigir do outro um comportamento humano. Um único dever. Aquele de nunca renegar minha liberdade através de minhas escolhas. (...) É essencial que nos compreendamos. Não há dúvida que haveria um grande interesse em descobrir uma literatura ou uma arquitetura negras do III^o século antes de Jesus Cristo. Ficaríamos muito felizes em saber que existiu uma correspondência entre tal filósofo negro e Platão. Mas não vemos, absolutamente, em que este fato mudaria a situação dos meninos de oito anos que trabalham nos canaviais na Martinica ou em Guadalupe. Não se deve fixar o homem, pois o seu destino é ser livre. A densidade da História não determina nenhum de meus atos. Sou meu próprio

²¹ As 12 Secretarias do Município e os respectivos secretários. Secretário Municipal do Governo- Gildásio Alves Xavier; Secretário Municipal da Fazenda- Manoelito dos Santos Souza; Secretário Municipal dos Transportes Urbanos- Ivan Carlos Alves Barbosa; Secretário Municipal dos Serviços Públicos- Jalon Santos Oliveira; Secretário Municipal do Saneamento e Infra-Estrutura Urbana- Carlos Geraldo Lins Cova; Secretário Extraordinário do Desenvolvimento Econômico- Sérgio Passarinho Soares Dias; Secretário Municipal de Articulação e Promoção da Cidadania- Vinícius Maia Didier; Secretário Municipal da Administração- Marlúcio Cerqueira Soares Palmeira; Secretário Municipal da Comunicação Social- Tasso Paes Franco; Secretário Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, em exercício- Marivaldo Ramos Matos; Secretário Municipal do Planejamento Urbanismo e Meio Ambiente- Manoel Raymundo Garcia Lorenzo; Secretário Municipal da Habitação- Fernando Azevedo Medrado.

fundamento. É sobrepujando o dado histórico, instrumental, que introduzo o ciclo de minha liberdade. A desgraça do homem de cor é ter sido escravizado. A desgraça e a desumanidade do Branco consistem em ter matado o homem em algum lugar. Consistem, ainda hoje em organizar, racionalmente essa desumanização. Mas eu, homem de cor, na medida em que posso existir de modo absoluto, não tenho o direito de me entrincheirar em um mundo de reparações retroativas. Eu, homem de cor, só quero uma coisa: Que jamais o instrumento domine o homem. Que cesse para sempre o domínio do homem pelo homem. Ou seja, de mim por um outro. Que me seja permitido descobrir e amar o homem onde quer que ele se encontre. (FANON, 1983, p. 187-189)

Para fechamento das idéias aqui colocadas, encontro nas palavras de Frantz Fanon, psiquiatra e político revolucionário, considerado o precursor da psiquiatria democrática alternativa, o fundamental, que ele nos deixa através de sua tese *Pele negra, máscaras brancas*, rejeitada em Lyon quando a apresentou em 1951, como requisito para conclusão do curso de medicina.

Também, fecho com um mito de ensinamento do orixá Xangô, orixá reconhecido como da justiça,

Xangô e seus homens lutavam com um inimigo implacável. Os guerreiros de Xangô, capturados pelo inimigo, eram mutilados e torturados até a morte, sem piedade ou compaixão. As atrocidades já não tinham limites. O inimigo mandava entregar a Xangô seus homens aos pedaços. Xangô estava desesperado e enfurecido. Xangô subiu no alto de uma pedreira perto do acampamento e dali consultou Orunmilá sobre o que fazer. Xangô pediu ajuda a Orunmilá. Xangô estava irado e começou a bater nas pedras com o oxé, bater com seu machado duplo. O machado arrancava das pedras faíscas, que acendiam no ar famintas línguas de fogo, que devoravam os soldados inimigos. A guerra perdida foi se transformando em vitória. Xangô ganhou a guerra. Os chefes inimigos que haviam ordenado o massacre dos soldados de Xangô foram dizimados por um raio que Xangô disparou no auge da fúria. Mas os soldados inimigos que sobreviveram foram poupados por Xangô. A partir daí, o senso de justiça de Xangô foi admirado e cantado por todos. Através dos séculos, os orixás e os homens têm recorrido a Xangô para resolver todo tipo de pendência, julgar as discordâncias e administrar justiça. (PRANDI, 2001, p. 245)

Por estes motivos, as pessoas que participam desse movimento pela garantia dos direitos humanos, seja pela educação ou por políticas sociais, temos tanto nas ações instituídas, nas experiências vividas, nas lideranças políticas, nas personalidades artísticas, religiosas, científicas, esportivas, como em Xangô, fontes

de inspiração e força para o enfrentamento e superação das batalhas em favor da justiça.

2.3 EDUCAÇÃO MULTICULTURAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA: POSSIBILIDADES QUANDO “PÉ É EDUCAÇÃO”

O manancial que dispomos no nível de referências étnico-culturais e seus símbolos, vindos de “pés que educam”, leva a aprendizados e experiências que podem embasar princípios da educação multicultural.

Em meados de 1993, um grupo de estudantes do PPGE da UFBA ao realizarem suas pesquisas e teses sobre a diversidade étnica e cultural brasileira no enfoque da educação, chamaram uma forma diferenciada de ensinar, aprender, viver e conviver de *Educação Movimento*²².

Esta compreensão leva a uma semântica; “educação movimento” é a maneira de se educar pelo movimento e expressão do corpo e é a maneira articulada de luta social através dos seus movimentitos. Seria, então, uma educação que pelos movimentos corporais faz o movimento social, o que me leva hoje a encontrar identificação pela perspectiva da *Educação Multicultural*, entendida como

Processo pelo qual uma pessoa desenvolve competências em múltiplos sistemas de esquemas de percepção, pensamento e ação, ou seja, em múltiplas culturas [...] uma educação que leve em consideração o conjunto da sociedade e as relações que se estabelecem entre escola, sociedade e Estado. O desafio para a educação estaria na ruptura da prática histórica escolar de reprodução e transmissão da pretensa cultura dominante (homogênea). (SILVA, 2003, p.39).

Na concepção da educação multicultural que desafia para uma ruptura com a forma de transmissão de conhecimento homogêneo na escola e também, sua forma de linguagem, abre campo para se buscar outras linguagens e sendo assim, está em consonância a *Educação Movimento* explicitada.

Existem argumentações na educação contemporânea que somam ao enfoque que estou abordando. As idéias de Perrenoud (2000, p. 28) sobre

²² “Educação Movimento”, assim denominou a pesquisadora Clélia Cortes e referendaram tal concepção como uma determinada forma de educar outros pesquisadores que integravam a linha de estudo em educação e diversidade étnico-cultural, em meados de 1993.

Pedagogia Diferenciada, têm chegado às discussões no campo da educação brasileira no nível de um referencial; ele diz que foi Bourdieu, em 1966, quem primeiro falou sobre este assunto e Bloom nos Estados Unidos. Sua argumentação é incisiva ao dizer que o modelo da escola convencional, em qualquer lugar do mundo, reforça e mantém no espaço escolar, a hierarquia social.

Explica que “a idéia de que todo mundo deve ser instruído para ser livre, qualquer que seja sua origem e seu destino profissional, é uma idéia muito moderna, que levará dois séculos para trilhar seu caminho e que não é, ainda hoje, admitida por todos!” (PERRENOUD, 2000, p. 29), pois, enquanto a exploração exacerbada no mundo moderno estiver controlada pelas elites, a educação escolar estará sendo utilizada para garantia desse projeto, cuja engrenagem é complexa e de difícil desativação, para então, se reinventar outras escolas, que já vêm sendo idealizadas, todavia, difíceis de serem consumadas.

Sobre a desigualdade na escola, seu pensamento é que só se torna um problema social se for denunciada como um escândalo ou no mínimo, como uma injustiça.

Dedica observação ao trabalho do apoio pedagógico na escola que deveria evitar ou atenuar a reprovação, fosse prevenindo suas dificuldades e fracasso, fosse acompanhando alunos autorizados a progredir na formação sem ter todos os conhecimentos requeridos. A idéia de base era *romper com a indiferença às diferenças*, instaurando uma pedagogia que ainda não se chamava “diferenciada”, mas que se considerava como uma forma de discriminação positiva ou de “educação compensatória”, onde define da seguinte forma:

praticar uma pedagogia diferenciada é fazer com que, quando necessário, cada aluno seja recolocado ou reorientado para uma atividade fecunda para ele. Para chegar a isso, deve-se compreender o que se passa em sua mente, ou seja, entrar em relação, instaurar um diálogo sobre o saber e a aprendizagem. Um *dispositivo* de pedagogia diferenciada aumenta a probabilidade de que cada indivíduo ou cada grupo encontre, na hora certa, um interlocutor bastante disponível e competente para assumir a situação e reorientar seu trabalho, se possível visando a uma regulação não somente das atividades, mas também dos processos de aprendizagem.

(PERRENOUD, 2000, p.73)

Nessa direção, compreende que o ato educativo é, antes de tudo, mobilizar o aluno para que se torne um “aprendiz”, e que para isso, é necessário

dispositivos didáticos preciosos, uma constante observação formativa, uma organização e uma gestão eficazes da classe. Exige, portanto, uma proximidade, uma cumplicidade, uma aproximação, uma estima recíproca e para que tais procedimentos aconteçam, vai depender das competências profissionais, porque “a pedagogia diferenciada aumenta tal exigência, pois leva a um confronto maior com a singularidade dos alunos e das culturas”. (PERRENOUD, 2000, p.75).

Refletindo junto a nossa realidade, diria que não basta competência profissional, mas junto a ela, condições para exercê-la articulada ao projeto político-pedagógico institucional, o que dessa forma significa uma passada fortalecida coletivamente neste caminhar.

Esta tese, em todo seu argumento, procura mostrar que existem propostas educacionais, fundamentadas em concepções de educação para uma maior tolerância, respeito e convivência entre as pessoas, os povos e seu universo cultural.

Na medida em que se reconhece o que cada um possui de interessante para si, no sentido de enriquecer o repertório de conhecimento e de visão, encontra-se o valor, contudo, nunca perder de vista a capacidade de se criticar atitudes e combater modelos que acentuem a discriminação, o sexismo, a intolerância, a exploração, entre outros elementos.

Por isso, quando trato das possibilidades pedagógicas presentes na *Capoeira Angola* e na *Dança Afro*, se transmitidas, mantendo princípios fundamentais orientadores, é que se abre um leque para metodologias mais interativas e envolventes tanto nas escolas como fora delas.

Para garantir de fato, conhecimento de outros referenciais históricos que não só os difundidos oficialmente nas escolas, não basta incluir conteúdos, mas desenvolver junto a eles, uma crítica, uma sensibilidade, um olhar e compreensão dos valores de diferentes contextos civilizatórios, começando, inclusive, pelos presentes em nosso território, o que favorece uma visão intercultural e multicultural no Brasil.

Em simples questionamento, pode-se buscar resposta sobre algumas formas de procedimentos, como por exemplo: porque, além da história e mitologia grega tão bem destacada nos currículos, não se estudar a história e mitologia africana-brasileira, a dos indígenas do Nordeste, do Norte e demais regiões?, que

valores são preponderantes a esses povos e culturas, que servem para enriquecer os conhecimentos da sociedade e o respeito ao outro?

É nessa busca de resposta que se coloca valores presentes no cotidiano de Salvador, oriundos do aprendizado junto aos núcleos culturais afro-brasileiros aqui referendados. Os traços em comum que os perpassam, sua forma de expressão e afirmação de identidade como eixo fundamental de sua existência, um trabalho de consciência de manutenção de conhecimentos que são transmitidos a seus integrantes como atitudes de resposta a um poder hegemônico é o que vêm chamando a atenção em dimensões mais amplas, para algumas tentativas de transformações positivas em termos de nossa realidade social, apresentadas por mim neste estudo.

Nessa direção, diria que “pé é educação”, quando se caminha com firmeza e próximo à terra e ao que ela oferece, principalmente, no seu chão.

“Pé é educação”, quando se encontra nos conteúdos de danças, músicas, ritmos, jogos, brincadeiras, teatralidades, mitos, formas que podem levar a espaços, percursos, trajetórias, planos que chegam a um fim, que é o prazer encontrado no ser, no viver, no fazer e no poder.

Em se tratando de poder, diferente de como somos “educados” a conviver no nível de sociedade moderna e modelo político-nacional, exemplifico com uma outra compreensão através de um pajé numa sociedade indígena, sujeito que tem uma função de importância e respeito, garantindo a cura, ensinando procedimentos, aconselhando em diferentes assuntos o seu grupo social e reconhecido pela sua sabedoria oriunda de um dom, uma predestinação, uma habilidade para tratar com aquela especificidade que não está desvirtuada do conjunto de saberes de sua comunidade.

Como se observa nas palavras do Paje Suirá da Tribo Kariri-Xocó, localizada no Baixo São Francisco, quando relata sua função:

a função de um pajé é simples e difícil. Antigamente conhecido como feiticeiro, não é feiticeiro é o curandeiro da tribo. A função dele é mais pela área espiritual. Tem cacique, tem conselheiro, existem outras autoridades na tribo, mas a autoridade máxima é o pajé. Todas as autoridades e a comunidade devem ser obedientes a ele nessa área. É a área mais forte nas aldeias que conservam sua origem espiritual. Nem todo mundo pode ser um pajé, porque pajé já nasce feito, é um Dom. Antes de eu assumir, tive que pegar com meu pai mais orientação. Para qualquer pessoa, da aldeia ou fora,

posso fazer a cura. Dentro de minhas possibilidades eu ajudo, não precisa alguém pedir, está dentro da minha obrigação, meu dever. (...) Quando viajo posso estar longe materialmente, mas espiritualmente estou bem pertinho, estou de olhos, tenho minha concentração e minha visão. Aquele que sai da tribo é bom se depois ele traz o conhecimento. (GERLIC, 2001, s.p).

Exercitar o poder é saber da obrigação e do dever de cuidar de todos, perto ou longe, estar de olhos abertos, portanto, neste mostrar de referências educacionais é que passo-a-passo, importantes sujeitos entre nós, como o nego, revela e ensina, como se “troca caneta pelo pé e pé é educação”.

Sendo assim, este capítulo enfocou trajetórias entre mundos distantes e diversos que geraram tensões onde ação política, ação cultural e ação educacional que convergem como resultante de paradigmas, uns de posição, outros de imposição, em que, dentre os de posição, está o resultante dos movimentos negros com seus arcabouços históricos, filosóficos, políticos, éticos, morais, educacionais, artísticos, culturais e específicos em cada contexto em que se constroem, mostrando resultados de suas ações que favorecem e melhoram suas sociedades.

Para tanto, esse movimento negro no Brasil e sua passeata, precisou muitas vezes, seguir com seus tambores e vozes quase silenciadas por ordem externa de mandar parar, imobilizar-se, porém, nunca se inibiu e fez estremecer bases... Agora, vozes, cantos, falas, discursos, teses e tambores tocam fortes suas melodias guias, e a passeata, que dá voltas, espera, avança, cansa, chora, ri, cai, levanta, porque é humana, segue sem possibilidade de volta, é que já foi avistado o melhor lugar para declarar uma chegada vitoriosa.

3 “POR FAVOR, NÃO MALTRATE ESSE NEGO, FOI ELE QUEM ENSINOU, DE CALÇA RASGADA, CAMISA FURADA, ELE É MEU PROFESSOR”

Este terceiro capítulo aborda o fenômeno da *Capoeira Angola* no que possui de particular e específico, emergido do interior de espaços onde mestres, responsáveis por uma determinada formação, são referências na coletividade por transmitirem e preservarem uma ancestralidade, uma cultura, uma história de capoeira e seus personagens que significam, um bem cultural resistindo ao tempo e a modernas demandas avassaladoras do campo das culturas de massa.

O fato da sociedade ampla ou mesmo grupos existentes na comunidade capoeirística não reconhecer seu valor como um arcabouço de base, sustentação e re-alimentação que responde, explica fenômenos para se compreender fatos, histórias passadas e atuais, confirmar fontes, informações, conhecimentos, se corre risco no nível da preservação dessa sabedoria singular.

A *Capoeira Angola* é um paradigma diferente de outros existentes no contexto, como o paradigma da *Capoeira Regional* e de outras capoeiras que surgem na contemporaneidade.

Por isso, começo a identificá-la pelo título do capítulo que é parte de música cantada nas rodas de angola, um pedido de respeito e atenção a quem ensinou essa arte afro-brasileira, como diz o canto, “[...], por favor, não maltrate esse nego, foi ele quem me ensinou, esse nego de calça rasgada, camisa furada, ele é meu professor”²³.

Em momentos anteriores, expressei a maneira como no percurso da formação social e política no território brasileiro, as comunidades negras, suas lideranças, e pessoas, vêm trabalhando na criação e implementação de ações em

²³ A autoria deste canto é desconhecida, porém, o angoleiro Jaime Martins dos Santos, mestre Curió, sempre canta este corrido em suas rodas de capoeira.

benefício de seu grupo social, que representa uma grande parcela dos brasileiros. Agora, a partir da análise das expressões da *Capoeira Angola* e da *Dança Afro*, que constituem o que chamo de *Danças Étnicas Afro-baianas*, ressaltarei as contribuições que no dia-a-dia proporcionam às pessoas, a uma dinâmica social, como também, as carências e dificuldades que enfrentam.

3.1 RE-VISÕES PARA UM PENSAMENTO HISTÓRICO SOBRE CAPOEIRA NO BRASIL

Numa breve contextualização sobre a gênese da capoeira no Brasil e busca de seu conceito, alguns autores vêm se dedicando, (MARINHO, 1956; REGO, 1968; CARNEIRO, 1971; ARAÚJO 1997; SOARES, 1994; VIEIRA; ASSUNÇÃO, 1999, entre outros), cujas semelhanças ou diferenças na abordagem deve-se considerar a época em que a obra foi produzida, o lugar, a autoria e postura ideológica, as fontes de estudos e pesquisa, entre outros fatores. A re-visão histórica evidencia fontes teóricas e o contar de atores da capoeira neste tempo presente.

A capoeira no Brasil foi reconhecida socialmente como uma atividade positiva para o desenvolvimento da pessoa, da educação e cultura, somente no século XX, os estudos trazendo nova visão passaram a ser produzidos, desvendando suas contribuições, a partir daí.

Os matagais, os campos rasteiros, as senzalas, os terreiros, os quintais, os barracões, as ruas, os becos foram espaços de seu desenvolvimento, às vezes secreto ou à mostra, para enfrentar o inimigo, o senhor de engenho, o capitão do mato, a polícia..., a regra era matar ou morrer, “ Zum, zum, zum, capoeira mata um...”, séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, é o passar daqueles que carregaram o estigma de ser identificada como um costume de pessoas “vadias” e “desordeiras”, mas seu linguajar irreverente deixa registrado, metaforicamente, fatos de ontem e de hoje.

Dona Isabel que história é essa, de ter feito a abolição, de ser princesa boazinha, que libertou a escravidão, estou cansado de conversa, estou cansado de ilusão, abclição se fez com sangue que inundava esse país, que o negro transformou em luta cansado de ser infeliz²⁴. (PEREIRA, 1992, p.100)

²⁴ Canto Ladainha intitulada “Isabel que história é essa” de Toni Vargas, extraída do livro de PEREIRA (CHARLES), (1992).

Esta arma cujo instrumento é o corpo, mesmo depois da abolição da escravidão, continuou a sofrer perseguições, o nº 487 é o decreto do código penal em 1890 no Brasil para punir “os vadios e capoeiras”.

Antigos capoeiristas e seus sucessores viveram num mundo de perseguições, de incertezas, de perigo, e mesmo assim, não abriram mão de suas crenças, da sua fé, de suas certezas, dentre elas, a capoeira, arma poderosa de defesa e ataque e se hoje está expandida no mundo é resultado de suas lutas e resistências, e isso não deve ser esquecido pelas próximas e futuras gerações.

Autores contemporâneos vêm se dedicando a desvendar essa história, dentre nomes cito, o baiano Josivaldo Oliveira (2005), historiador, angoleiro que diz, “[...] a sociedade baiana deve aos desordeiros e vagabundos, os capadócios das ruas, a preparação de um terreno fértil sobre o qual se assentou a tradição da capoeira baiana”; (OLIVEIRA, 2005, p. 133), que é um dos símbolos de significativa expressividade da presença africana reelaborada na Bahia.

Ele destaca a importância dos africanistas da primeira metade do século XX, Manoel Querino de Deus, que em *A Bahia de Outrora* (1916), relatando o folclore negro, destaca, *A capoeira* e Edison Carneiro em *Negros Bantos* (1937), evidenciou *Capoeira de Angola*, essas obras inauguram os estudos sobre capoeira na Bahia.

O historiador baiano Frede Abreu²⁵ que além de perito em documentação sobre capoeira, se revela também, “fino capoeirista”, pois “jogou” com sutileza em sua obra, seu conhecimento, sua vivência e seu raro acervo, quando nos leva a entrar e conhecer, *O Barracão do mestre Waldemar*, (2003) e o que se dava no entorno.

O mestre Waldemar, cujo nome de batismo, Waldemar Rodrigues da Paixão, ergueu no bairro popular da Liberdade, seu barracão que trazia alegria, diversão pelas rodas que promovia, onde os habilidosos mestres de capoeira da Bahia se encontravam para *vadiar*, o que deu fama e prestígio ao local, como diz Frede:

[...] para os moradores do local, frequentar o Barracão de Waldemar se constituía num momento especial, e significava um corte no cotidiano da semana. Para isto, se enfeitavam, ornamentavam-se, embelezavam o visual, evidência exposta ao público (formado por

²⁵ Frede Abreu é baiano, historiador, estudioso de Capoeira desde 1976, autor de livros, artigos e colaborador em estudos e pesquisas realizadas por escritores, acadêmicos em que se disponibiliza tanto ao diálogo, quanto ao acesso ao seu rico acervo bibliográfico, documental sobre Capoeira.

homens, mulheres, adultos e crianças) que assistia aos domingos à roda de Waldemar[...] Durante as décadas de 40, 50 e 60 do século anterior, no domingo, o mais alegre dos dias, um rito profano se tornou vício sagrado para muitos capoeiristas baianos: vadiar na Liberdade, no Barracão, no terreiro, na roda de Waldemar. (ABREU, 2003, p.33-34)

Esse mestre está na memória da capoeira angola na Bahia, ele viveu 74 anos (1916-1990), interessou-se pela capoeira aos 20 anos de idade, que do aprendizado, passa posteriormente a ensiná-la. Mestre Waldemar aperfeiçoou a fabricação de berimbaus e fazia comércio, sendo responsável por criar a pintura do instrumento, o que deu certo e ficou na cultura da confecção dos mesmos.

Um significativo levantamento histórico é o trabalho do carioca e historiador Soares, *A Negrada Instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro 1850-1890*, (1994). Afirma que a capoeira é pouco enfocada nos estudos de história, por isso, buscou a bibliografia desde a virada do século até a atualidade para que esta pudesse ocupar espaço no pensamento social brasileiro; para tanto, demarca como aparece na literatura, que entre os “cronistas e pioneiros”, está Plácido de Abreu que, em 1886, escreve *Os capoeiras*, sendo um marco nos escritos sobre a temática. A visão trazida na obra é a da crueldade dos negros capoeiristas desde épocas remotas, que viviam nos centros urbanos e eram temidos pelo que cometiam com sua “arma de rua”.

Alúcio Azevedo, em *O Cortiço* (1890), traz no personagem Firmo, um capoeira, tipo mulato sagaz que delineia um estereótipo mantido por longo tempo na literatura; contudo, foi o escritor Melo Moraes Filho, em 1889, que inaugura um estilo que dava a idéia-base da capoeira como “luta nacional”, expressando rumores da contemporaneidade o que despertou interesse nos acadêmicos, que por 40 anos, foi dentro deste enfoque que a capoeira foi tratada.

Nova versão para a capoeira, agora como luta “defensiva” de caráter popular e próprio da nacionalidade brasileira, é a revista *Kosmos* de 1906, que representava a produção da vanguarda intelectual.

Além desses importantes marcos, Soares (1994) anuncia a produção dos folcloristas, dentre eles, Manuel Querino, Câmara Cascudo, Edison Carneiro, Francisco Pereira Costa, que nos anos 50 e 60 realizam vasta publicação de periódicos, artigos em revistas e nomes como o de Renato Almeida, Hermeto Lima e

Angenor Oliveira, trazem diferentes enfoques no campo do folclore e ensaiam uma história da capoeira.

É com a obra *Capoeira Angola: ensaio sócio-etnográfico* que Waldeloir Rego (1968) apresenta uma nova abordagem da capoeira, superando a maneira até então tratada.

Nos anos 70, 80, 90 vão surgindo investigações acadêmicas através de teses e dissertações, e em predominância no campo da história.

Em 1999, os autores Vieira e Assunção publicam artigo tratando dos "mitos e controvérsias" diante dos confrontos existentes na capoeira tanto de posições, quanto de discursos nas diferentes regiões brasileiras, chegam a evidenciar cinco discursos paradigmáticos, o da "repressão", o "nacionalista", o "étnico", o "corporativo-iniciatório" e o "classista" e afirmam que para a reconstrução histórica é necessária a reavaliação das fontes já difundidas e maior aproveitamento das que vêm surgindo, ainda pouco utilizadas como as investigações acadêmicas.

Dentre os vários aspectos abordados na discussão, está o do lugar em que a capoeira no Brasil se originou, que, segundo os autores;

[...] o debate sobre a origem da palavra capoeira, assim como o falso debate sobre a origem africana ou brasileira, tem se deslocado para outra questão, de certa maneira fundamental: a capoeira se originou ao redor dos engenhos nordestinos ou é um desenvolvimento urbano, de cidades como Salvador, Recife ou o Rio de Janeiro?

(VIEIRA; ASSUNÇÃO, 1999, p. 27)

Explicitando algumas constatações das "controvérsias", os autores dizem:

[...] infelizmente para os defensores da tese da origem rural e nordestina da capoeira, não é conhecida nenhuma fonte documentando a existência da capoeira no interior, antes do final do século XIX". E, pior, é igualmente difícil provar a sua existência em Salvador antes dessa época (VIEIRA; ASSUNÇÃO, 1999, p. 27)

Afirmam estes autores, que as obras do famoso pintor Johann Moritz Rugendas (1835), em que se baseiam alguns estudiosos para justificar a existência da capoeira na Bahia no período do império pelas gravuras e pequenas descrições, são mal interpretadas, e para estes,

[...] as primeiras referências consistentes provém do início do século XIX, no Rio de Janeiro. E, até prova em contrário, é aqui que começa a história, no sentido de estudo sistemático baseado em fontes, da capoeira. (VIEIRA; ASSUNÇÃO, 1999, p. 28).

O livro *Abordagens sócio-antropológicas da luta/jogo da capoeira*, de Araújo (1997), é uma referência entre os estudos contemporâneos sobre capoeira desenvolvidos através de universidade. De natureza analítico-descritiva, verificou fatores e indicadores determinantes da transformação da capoeira de arte guerreira para atividade lúdica, contextualizando-a e descrevendo-a em períodos históricos no Brasil. A obra é cuidadosa e provocativa, na medida em que, no decorrer das diversas argumentações pelo autor, faz crítica e afirma não existirem provas concretas para dar veracidade a fatos registrados pelos que vêm escrevendo sobre a temática, mesmo estando estes instituídos na história da capoeira.

Araújo (1997) reconhece que socialmente a capoeira sofreu com processos de desprestígio e discriminação; e por isso, estudiosos de épocas passadas não se preocuparam em desenvolver análises e pesquisas a esse respeito.

A tese de doutorado de Falcão (2004), *O jogo da Capoeira em jogo e a construção da práxis capoeirana*, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da UFBA, tem como intenção de estudo, construir possibilidades político-pedagógicas, valorizando o conhecimento da capoeira como prática pedagógica comprometida com a transformação social, para tanto, a "práxis capoeirana", elaborada sob o aporte dos pressupostos do materialismo histórico-dialético, elegeu como campo de pesquisa, predominantemente, o contexto universitário. Na direção em que se volta o autor, tratar a capoeira enquanto "luta para libertação de toda a humanidade" superando as estruturas capitalistas.

O estudo é uma referência atual ao debate, todavia, considero que traz entendimentos sobre elementos fundamentais da diversidade e da singularidade destas, de forma abrangente e generalizada, o que fatalmente encobre múltiplos contextos e significados.

O campo de análise ser o espaço universitário é oportuno, porém, o autor, ao abordar os processos de ensino no interior deste, não contextualizou, nem ressaltou que aí, se dá um processo recriado, adaptado à dinâmica acadêmica e jamais, traduzirá o fazer da capoeira nos seus espaços originais. Ao se afirmar, por

exemplo, a falta de motivação dos alunos pelas disciplinas de capoeira²⁶, é preciso não perder o foco, da desmotivação destes, dos professores, dos funcionários, com a própria universidade, com o sistema de ensino no Brasil, consequência das conjunturas políticas e históricas que vêm impondo um sucateamento a esta instituição e ainda, a distribuição e investimento desigual e desproporcional em relação ao Sul/Sudeste, cuja política é de favorecimento destas, frente às universidades do Norte e Nordeste.

Além disso, as diferenças existentes no universo da capoeira devem ser compreendidas e mantidas como bens culturais dos grupos que criam a cultura, preservam e difundem, cujo pertencimento é o que garante sua continuidade, suas identidades, o que não deve ser confundido com “perspectivas privatistas”.

A contribuição do marxismo para a compreensão das relações na sociedade moderna frente ao advento do capital e do trabalho continua em vigência e aplicação, contudo, nem todas as problemáticas e relações existentes na modernidade podem ser explicadas a partir dele.

“Falar sobre a origem da capoeira é contar a história do povo negro no Brasil”, assim, aprendo com mestres angoleiros na Bahia através das conversas, de seus relatos, da observação de suas origens, descendência, do que fazem, produzem, de como se encontram, brincam, se movimentam, onde moram, como moram, por isso, não tenho dúvida de que são descendentes e mantenedores desta notável invenção de africanos no Brasil, incomodando ou não a pesquisadores que tentam outras argumentações.

Seu José Martins dos Santos²⁷, 105 anos, conhecido como “Martins Malvadeza”, “Martins da Pemba”, “Martins da Cana” foi de uma geração de capoeirista que diz que se não usasse de feitiço juntamente à capoeira, não estariam vivos para contar sobre sua vida, que atravessou século, conhecedor da habilidade dos 21 pontos de facão. Outro mestre é Caçarongongo, Antônio Eloy dos Santos, que avança além dos 90 anos de idade e confirma que capoeirista de antigamente tinha que desenvolver também, a habilidade do facão para “ajudar” quando necessário. Para mim, pessoas como estas são provas concretas de uma descendência e história de capoeira na Bahia.

²⁶ Afirmação expressa pelo autor no item 4.2.1 “O Caso da Universidade Federal da Bahia: Afirmação aonde as . da Baianidade” na sua tese, página 201.

²⁷ Seu José Martins dos Santos é pai de Jaime Martins dos Santos, o Mestre Curió.

Ao tempo em que escrevo sobre seu Zé Martins, recebo a notícia do seu falecimento e participo do seu sepultamento, o que incorporo a estas linhas, como um pequeno registro de memória.

3.1.1 Morre “Martins Malvadeza” aos 105 Anos Levando História que Poucos Conhecem

O “orum”, mundo sobrenatural, escolheu levar seu José Martins dos Santos conhecido pelos apelidos, “Martins Malvadeza”, “Martins da Pemba” e “Martins da Cana”, aos 105 anos de idade, num dia em que no “aiyé”, mundo terrestre, se comemora em diversas nacionalidades, o *Dia do Trabalho*, data que é marco de reivindicação do trabalhador pelo respeito e condições dignas no exercício de sua função.

Nesta mesma data, canais de notícias na Bahia anunciam a morte do renomado artista plástico Calazans Neto, mas nenhuma notícia é dada pela morte de um homem que teve a sagacidade e honra de atravessar um século de vida; sem dúvida alguma, uma raridade para qualquer lugar do mundo terrestre.

Seu enterro aconteceu no cemitério público Quinta dos Lázaros, por volta das 17:00 horas do dia dois de maio. Muitas pessoas estavam presentes para a despedida. Seus amigos da feira de São Joaquim, para se fazerem presentes, contaram com a colaboração de uma fundação de cultura, através do apelo de seu filho Curió, que disponibilizou um ônibus para transportar o pessoal do bairro do Lobato, onde residia e o da feira, onde trabalhava; além destes, os seus filhos - alguns, pois tem 48 filhos vivos, dentre os mais velhos, é Jaime Martins dos Santos, o Mestre Curió, angoleiro da Bahia, também seus netos, bisnetos, amigos, alguns vereadores que dão apoio ao povo da feira, como o senhor Antônio Lima e muitos capoeiristas como: mestra Jararaca, ex-aluna de João Pequeno e aluna de Curió, mestre Pelé da Bomba, mestre Marinheiro ex-aluno de Olâmpio, mestre Serginho, ex-aluno de Waldemar da Liberdade, mestre Gildo Alfinete, ex-aluno de Pastinha, contramestre Boi Manso, contramestre Santa Rosa, representando Mestre Lua de Bobó, estavam sua irmã e filha que é capoeirista, professor Ricardo Biriba da UFBA, entre outros.

No dia-a-dia, sentia angústia de saber da existência de seu Zé Martins enquanto uma referência viva de uma história, mas não dispunha de condições

objetivas para realizar um documento em vídeo, livro ou outro, que pudesse guardar uma memória da nossa *história social oculta*, porque a demora de surgir alguma forma de apoio para realizar os registros, não permitia dizer a um protagonista de 105 anos, “espere”, “agüente mais um pouco”...

Qual a imagem e lembrança que guardaremos de seu Zé Martins?

Daquele homem bonito de uma postura elegante, cuidadoso com seu trajar nas ruas, paletó completo, chapéu e sapato, tudo branco, um costume do passado, se passando no presente, tanto impressionava que, em conversas com os mais íntimos, dizia que atraía algumas namoradas e gostava das mais novas em idade....



Figura 31. Seu José Martins, também conhecido como “Martins da Pemba”, “Martins Malvadeza”, “Martins da Cana”. Esta foto foi tirada na Feira de São Joaquim, na Rua das Canas em 2000. Arquivo: Amélia Conrado

Outra imagem é daquele senhor sentado numa pequena mesa e cadeira numa barraca, próxima à Rua das Canas dentro da feira, espiando sua mercadoria e esperando algum comprador..., a expressão no seu olhar é que o tempo ali não passa, não existe mais correria... é um olhar longe, tranqüilo, as longas memórias projetadas na sua postura corporal; ao seu redor, seus colegas de feira, mais novos em idade, improvisam nos caixotes em meio as bananas, aipim, inhame, coco, cana-de-açúcar, um jogo de dominó que além do lazer é o botar em dia, conversas, notícias, acontecimentos, casos, intrigas e quando dá ou fica no fiado, aquela cerveja ou pinga na barraca, o prato de comida que sustenta para o trabalho pesado, o mocotó, o chamberil, o sarapatel, a buchada...



Figura 32. Seu Zé Martins e Mestre Curió na Feira de São Joaquim-Salvador-BA, local aonde este capoeira e feirante, negociava sua Cana-de-açúcar. Arquivo: Amélia Conrado

Em 28 de janeiro de 2001, o *Jornal Correio da Bahia*, fez uma reportagem *Ruas de feira*, e define numa das páginas “Oráculo de São Joaquim: José Martins dos Santos, 102 anos, 56 filhos, é a memória viva da feira”²⁸, em que este contava a origem da feira que passou por três fases, quando era a “Feira do Sete”, pelo fato

²⁸ Jornal Correio da Bahia, domingo, 28 de janeiro de 2001, p.4- Repórter)

de acontecer num armazém de número sete da *Companhia das Docas da Bahia*, que por motivo das obras do armazém não serem concluídas, os vendedores passaram a ocupar a areia da praia com suas mercadorias. Pelo crescimento desta, dizem que em 1932, foi transferida para *Água de Meninos*, em 1964 um incêndio a destruiu completamente, transferindo-se para "São Joaquim", onde os feirantes mais antigos diziam que era a "São Joaquim nova".

Essa reportagem se bateu por acaso com seu Zé Martins, que contribuiu relatando sobre a origem e desenvolvimento da feira de maior popularidade e comércio livre em Salvador, e ressaltam dizendo:

Se feira tem patriarca, o de São Joaquim é seu José Martins dos Santos, o Martins da Cana, como os demais feirantes e principalmente os caneiros (vendedores de cana) costumam chamar o único personagem em São Joaquim remanescente do nascimento da feira, entre o final dos anos 20 e início dos 30 [...] Além dos cordéis de Papada e de seu Martins que joga capoeira aos 102 anos (ele é pai de Mestre Curió), outro mestre famoso de capoeira angola trabalha em São Joaquim, Manoel Sílvio, mestre Boca Rica, 64 anos, vendedor de quiabo, professor na academia da Liberdade, ex-aluno do lendário mestre Pastinha é um pouco tímido para falar. Colecionador de títulos e de viagens pelo mundo mostrando a capoeira... (CORREIO DA BAHIA, 2001, p. 4)

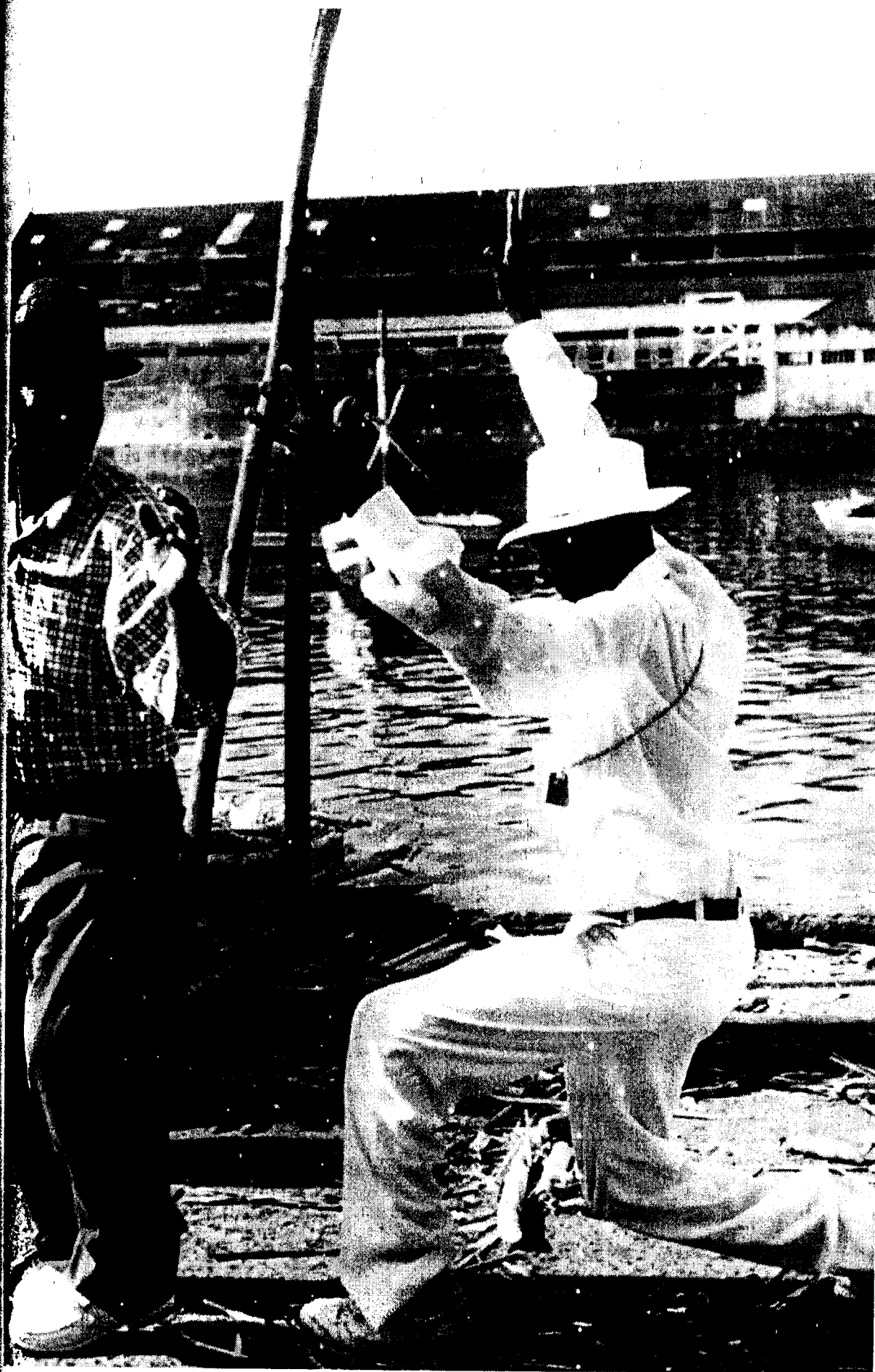


Figura 33. Aos 100 anos de idade, seu Zé Martins, mostra num movimento de capoeira junto ao seu filho Curió, que ela está viva e expressiva em seu corpo. Arquivo: Amélia Conrado.

Para mim, uma imagem rara é quando ano a ano ele participava do evento festivo da ECAIG, cantando o ritual de oferenda de caruru a São Cosme e São Damião, o samba duro, o santamarense, barravento, junto ao seu filho Curió e às pessoas que ali estavam; discretamente, no pé do ouvido dos mestres mais novos, fazia algumas perguntas dentro de capoeira para testar os conhecimentos destes.



Figura 34. Seu Zé Martins, sua última participação no Evento da ECAIG em janeiro de 2006, pois, em 01 de maio deste mesmo ano, ele parte para o orum aos 105 anos de idade.

Como Martins Malvadeza, a história da capoeira é o revelar da vida de muitos afrodescendentes que deixam um legado para a Bahia, o Brasil e o mundo, ainda pouco conhecida e reconhecida por nosso povo. Dito isso, valho-me mais uma vez, dos estudos e pesquisas de Frede Abreu para confirmar essa afirmação. Seu extraordinário trabalho, *Capoeiras Bahia, Século XIX: imaginário e documentação*, (2005), em termos de referência histórica, é um marco, de agora por diante, ao se tratar de capoeira na Bahia aí se encontra criteriosas “provas” e a desmistificação de “controvérsias”.

Ele comenta que a dificuldade existente em levantar documentos que comprovassem a capoeira em séculos passados, virou tabu e ainda artigos e teses

de estudiosos como Jair Moura, Luis Sérgio Dias, Carlos Eugênio Soares e Antônio Liberac reforçaram a imagem de que “teria sido inexpressivo o movimento da capoeira na vida baiana do século XIX, nela introduzido por força da migração Rio-Bahia”, (ABREU, 2005), coisa difícil de acreditar para quem vive dentro desta cidade que pulsa uma forte ancestralidade africana, assim, Frede justifica sua tarefa

[...] como um batedor que vai à frente dos pesquisadores, identificando fontes e seus acessos, acrescentando novas informações, que espero sejam úteis para aqueles que, como eu, desejam retirar dos esconderijos os capoeiras baianos do século XIX. Isto é muito importante, pois foram eles que formaram a tradição do jogo da capoeira baiana, hoje universalizada como o jogo da capoeira. Talvez seja necessário mais “arqueologia” aos pesquisadores para retirá-los das profundezas dos arquivos. Pensamos neles como exímios mestres na arte da simulação, às vezes capazes de se esconderem nos próprios ornamentos da capoeira e de terem freqüentado com intimidade muito mais os labirintos do que os centros e as margens dos acontecimentos da história. (ABREU, 2005, p.10)

Um problema crítico a ser superado na academia é o tratamento na pesquisa em ciências humanas acontecer de forma categórica sobre a história de grupos humanos de significativa importância na construção social brasileira que foram e ainda continuam ocultos, neste caso, a história do povo negro no Brasil. Então, a contribuição de pessoas como Frede Abreu, que desenvolve relevantes estudos fora dela, soma e desafia quem está dentro, pois, tratando da temática da capoeira na Bahia, o que se produziu é pouco para um universo que está por ser revelado.

A obra a que me refiro vai desde a análise de informações contidas nos manuscritos de um mestre de capoeira, o Noronha, sobre lugares, histórias, nomes, acontecimentos, entre outras memórias da capoeira na Bahia, em que o autor fez compatibilizações frente às referências de historiadores ou testemunhos em relação a negros libertos e escravos, afirmando, “a importância da arraia miúda na Guerra da Independência do Brasil e da Bahia”, (ABREU, 2005, p.25). A expressão “arraia miúda” é uma entre tantas formas de tratar esse grupo social, passando pela “impressão de estrangeiros”, como o vice-cônsul britânico James Wetherell em 1856, o viajante alemão Ave Lallemand em 1858, o francês Charles Ribeyrolles, Rugendas, quando entre 1835 e 1858, registraram o que viram por essas terras.

A partir das impressões dos estrangeiros, o autor elabora um quadro de informações enfocando a maneira como estes a concebia, a finalidade, a maneira como identificavam os movimentos, golpes, armas, instrumentos, ocasiões em que se davam, os locais, o rito, entre outros aspectos, e conclui Frede em termos de elementos históricos:

[...] muitos elementos básicos que compõem a capoeira baiana de hoje e de antigamente (ginga, cabeçada, pernada, ponta-pé, saltos, paradas hábeis, ataque/defesa e confusão), foram visualizados pelos estrangeiros na capoeira de outrora. Saque fatal: a perene ambigüidade da natureza da capoeira, se briga ou brinquedo? Uma coisa simulando-se ou insinuando-se na outra; o brinquedo virando briga ou vice-versa [...] Para Wetherell, espetáculo ridículo, associando as figuras dos capoeiras às do macaco. Da parte de Rugendas, a comparação é com os bodes, por lançarem-se um contra o outro [...] Essa comparação poderia ser fruto do olhar impregnado de preconceito de alguns deles, estigmatizado os negros como bichos, e seus costumes, como atos de animais irracionais [...] Eram negros os jogadores, as referências são unânimes. (ABREU, 2005, p. 42-45)

Outro destaque na obra são registros da presença das mulheres se defendendo ou atacando em situações de desavenças na rua ou em brigas pessoais chegando a ser noticiada em jornais de 1881, revista de 1882, chegando a instauração de inquéritos policiais em 1900.

Enfim, este autor abordou aspectos fundamentais sobre a capoeira, defendeu-os com riqueza de detalhes e retirou como mesmo diz, das entrelinhas, documentos que dão veracidade a histórias, depoimentos, narrativas que ouvimos dos mestres de idade mais avançada contar em diferentes ocasiões.

Afirmo que, apesar da instituição de uma "ideologia de recalque" na nossa realidade, frente a uma memória cultural africana no Brasil, o nome de importantes mestres está instituído, lembrado por determinado grupo social, porque foram ou são pessoas responsáveis por um legado, seja pela defesa das suas convicções, seja pela sua coragem, pela sua habilidade no ensino, capacidade de superação e conquista, seja pelo nível da sua habilidade em ser um bom capoeirista, entre outras coisas.

É certo que muitos morreram no anonimato, sem seu trabalho referenciado; a dominação oficializada fez sucumbir, além desses povos, línguas, religiões, filosofias, formas de vida, práticas sociais de grupos étnicos originários daqui e de outros territórios.

Nessa direção, tratar de aspectos históricos da capoeira em nossa realidade social leva-me a constatar que os novos estudos de visão crítica estão apenas iniciando e é imprescindível que sejam construídos a partir de uma memória que passa pelo desvelar, constatar e difundir, pois conhecimento é processo infinito que se move acumulando certezas não acabadas instituídas pela humanidade das inúmeras paragens da caminhada histórica que “[...] alargando, imitando, superando estas verdades parciais, o conhecimento baseia-se sempre nelas e toma-as como ponto de partida para um novo desenvolvimento” como Shaff (1991, p.97) enuncia.

3.2 CAPOEIRA ANGOLA: ESCOLA MATRIZ DE FORMAÇÃO NA BAHIA

Se o movimento da ciência é baseado em paradigmas, ou seja, padrões, modelos que disputam para afirmar, às vezes, suplantando o opositor; na Bahia, a disputa paradigmática mais intensa, vem completando 78 anos, entre a Capoeira Angola e a Capoeira Regional, desde que esta foi criada em 1928.

Para se compreender a importância desse embate é porque na Bahia, de maneira singular, própria do contexto em que se originaram e se expandiram, as diferenças são realidades, em termos paradigmáticos. Acredito que hoje, não é o caso de superação de uma pela outra, pois são referências de maior expressão no universo capoeirístico cujas reinvenções foram a partir delas.

A angola e a regional estão consolidadas, instituídas como escolas responsáveis por um tipo de formação, mas os atores que as representam, precisam reconhecer a diferença profundamente, por isso, vou tratá-las pelo olhar educativo, por acreditar e concebê-lo como campo fundamental de continuidade, preservação e difusão de seus conhecimentos, assim como, o que oferece para o desenvolvimento da pessoa de forma íntegra, harmonizada, de força e capacidade de enfrentamento próprio do seu caráter.

Constatados tais aspectos, é no olhar aos princípios que as regem, suas ações, é que se encontra as significativas diferenças, que as analiso, sobretudo, na atual dinâmica e conjuntura.

No intuito de contextualizá-las, começaria pela pergunta, o que é ser Angoleiro? O que é ser Regional? Em seguida, buscar responder.

3.2.1 Mestre Curió Responde: Ser Angoleiro e Criador de Uma Escola

Escolhi responder a pergunta através do depoimento de Mestre Curió, porque considero ser ele, um angoleiro de identidade e identificação.

Para realizar esta entrevista, marcamos com antecedência, ele sugeriu que fosse num dia e horário em que não houvesse movimento na escola, para que trabalhássemos com tempo e tranquilidade, o que aconteceu em dez de setembro de 2005, sábado. Cheguei às dez conforme foi combinado, iniciamos às 11 e encerramos às 13 horas. Neste dia, ele estava sozinho e como sempre, cuidadoso com seu visual, camisa social azul marinho, sapato fechado, chapéu na cabeça, tinha feito logo cedo as unhas com sua manicure, para ele, qualquer compromisso marcado é de honra.

Para aproveitar suas falas, optei por deixar o texto na íntegra e na forma de entrevista, como se segue:

Quem é Mestre Curió?

Mestre Curió é um dedo polegar, um pequeno inocente igual a uma criança, é Jaime Martins dos Santos, nome de batismo e conhecido na roda da vivência da capoeira como Curió.

O que levou o senhor a criar esta escola, qual foi seu objetivo?

O que me levou a criar esta escola de Capoeira, foi a minha vida, meu sofrimento, meu passado, a história do meu povo capoeirista. Fui uma dessas pessoas que bem garoto, não sabia o que era a vida e nem gostava de capoeira, entrei no mundo dela por uma questão de rivalidade, pois, estudava numa escola e existia dois gêmeos maiores do que eu, que me pegavam, me batiam e eu não podia me defender, de nada eu sabia, rasgavam meu livro, minha roupa, então, achei que não deveria mais apanhar. Quando chegava em casa, ainda apanhava mais. Decidi procurar meu avô para me dar uns passos, chegando lá, ele me censurou porque eu não gostava de Capoeira e disse, "então moleque agora você já veio?", tanto que, para aprender, ele me machucou muito pra ver se eu desistia, quebrou minha boca, meu nariz, levei uns oito dias todo inchado, nem podia falar direito e aquilo era pra me dar lição, caso eu estivesse ali somente para usar ele.

Depois disso, me deu uns passos e disse que não estava ensinando para eu ser valentão, era somente para eu não apanhar de ninguém, mas que eu não provocasse e se viessem me bater, eu me humilhasse o mais que pudesse e se insistissem, eu corresse e se fossem atrás, eu colocasse o livro no chão e ensinassem a eles, o

que ele tinha me mostrado e deu certo, depois disso, passei a ser respeitado no colégio, então pensei, a partir de hoje a capoeira vai ficar dentro de mim.

Fui levando minha vida, comecei a treinar com meu avô, depois com meu bisavô e antes dele partir desse mundo para o outro, eu disse, "Vô, quero continuar a Capoeira", ele disse que tinha duas pessoas que eu podia procurar, que falava nosso linguajar, era o Mestre Waldemar e o Mestre Pastinha, eles eram muito amigos, aí eu fui.

Waldemar abria no seu quintal, era ali onde ele fazia aqueles passos, aqueles movimentos, não era uma academia aonde ele pudesse ensinar mesmo, eu ficava olhando aqueles movimentos, fiquei empolgado.

Em Mestre Pastinha, fui lá a primeira vez, a segunda e aí disse, é aqui que quero ficar! Fui levando minha vida e chego onde estou.

Sobre o nome da escola; por que "Escola de Capoeira Angola Irmãos Gêmeos de Mestre Curió"?

É também uma história, uma história de família. Tenho um casal de gêmeos e também sou gêmeo. Minha filha com sete anos era uma mulherona, desenvolvida e começou a adoecer, ficou paralítica. Andei muito nesta época, e estava desempregado, doente também, saía de Alagoinhas para vir aqui, brigava com médico, os médicos expulsavam ela, eu assinava termo de responsabilidade, ela xingava todo mundo, era uma coisa assim, parecia coisa feita. Comprei cadeira de roda pra ela, sendo que uma parte do dinheiro foi doada. Um dia, estava no fundo do quintal e fiz uma promessa, caso ela ficasse boa, o nome da escola seria "Escola de Capoeira Angola Irmãos Gêmeos de Mestre Curió" pela minha entidade que também sou gêmeo e pela graça que queria alcançar e justamente, alcancei. Um dia, ela sentada perto de um abacateiro, olhou pra mim, os olhos cheios de lágrima e disse "meu pai, eu não vou ficar mais nessa cadeira de rodas, não sou aleijada", ela se jogou e levantou. Pra mim, isso foi uma graça alcançada e estou cumprindo minha promessa até hoje. Então, minha vivência e minha entrada na capoeira foi isto.

Qual é o valor dos conhecimentos ensinados nesta escola pelo senhor, o que eles contribuem pra vida das pessoas que buscam?



Figura 35. Mestre Curió ensinando toque e cantos de berimbau aos meninos da Fundação Araketo em Periperi, subúrbio ferroviário de Salvador. Arquivo: ECAIG

Pra mim, meus alunos são meus frutos, filhos, minha vida, porque eu vim de um passado da pobreza, em que tinha tudo para eu ser marginal, estuprador, cheirador de cola, chefe de quadrilha e não abracei nada dessa causa, e isso é o que levou eu me internar dentro da capoeira, pois, absorvi o que achava que servia para mim. O mal eu joguei pro lado e abracei o bem, quando trabalho com meu povo, adulto ou criança, é baseado no que passei e a capoeira foi uma porta aberta para minha vida!

Quando ensino ao meu povo, é com sinceridade, é baseado no que passei, hoje eu poderia ser uma pessoa ou morta, ou presa, ou escarreirada, então, minha realidade dentro da capoeira é trabalhar com as pessoas e mostrar, que quando se respeita aquilo que eles querem, se têm sucesso, porque qualquer coisa que se encare com profissionalismo, respeito e dedicação, você obtém êxito e se não acreditar, não vai a lugar nenhum. E a capoeira tem isso. Para mim, é isso que traz o amor que tenho em ensinar a essas crianças e ser um exemplo pra elas, mostrar que também fui menino de rua, capitão de areia, naquela época, era assim que chamava.

A Capoeira me tirou de tudo isso e é daí que tenho essa metodologia, não espancar ninguém jogando capoeira e nem ensinando, porque quando você espanca, você quer ser espancado! Então, se ele já vive desprezado da sociedade, dos poderes em que tem direito, às vezes da própria família, vem ao meu encontro e eu ainda vou espancá-los? Então, dou amor e carinho e mostro o caminho da realidade, a capoeira mostra o caminho da realidade!

Quando você é um bom profissional e não alisou o banco da ciência, tem que dar tempo ao tempo, porque capoeira pra mim é um universo, ainda não sei nada de capoeira, quando um cara diz, já sei tudo, eu digo, não sabe nada!

Quais as principais diferenças e mudanças da época que se formou, em termos de capoeira, e como ministra e forma hoje seus alunos?

Não existe diferença da maneira em que aprendi e como ensino hoje. Eu não estou preocupado com quem ensina de qualquer jeito, estou preocupado com os ensinamentos que meus antepassados passaram, porque quando você muda o ensinamento do passado para esse ensinamento do presente, você deixa de ser uma pessoa preocupada com sua história, do seu povo, para preocupar-se com a história do povo do sistema capitalista.

Um dia disseram-me que eu ia morrer pobre ensinando essa capoeira que venho ensinando e respondi, quero ser pobre, porém, honesto comigo, com Deus e com meu povo, porque dinheiro, às vezes, não é tudo, resolve problemas, se ele fosse tudo, ninguém matava outro por dinheiro, minha preocupação na realidade é como Pastinha dizia, "eu sei o jeito de todo mundo e ninguém sabe o meu jeito", e eu prego as mesmas coisas, porque, fui aluno direto dele e sei que tem muito aluno que não dá continuidade ao trabalho dele.

É por isso que foi feita uma longa pesquisa pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia com objetivo de instalar na Escola Estadual Mestre Pastinha no Pelourinho, aulas de Capoeira Angola dentro da metodologia de Mestre Pastinha e fui convidado a ocupar este lugar, porque viram que eu estava dando continuidade, desde as cores do fardamento, ao resto e foi por isso que entrei na Escola Estadual Mestre Pastinha para ensinar a Capoeira Angola, minha preocupação é passar aquilo que ele me deu juntamente com as primeiras pessoas que me deram primeiros passos na capoeira.

Eu sei que tem muita gente que ensina diferente, não estou preocupado com eles, me preocupo com o passado, você não vê mais a capoeira do passado nas pessoas, porque é mais difícil, é mais hierarquia, respeito e eles hoje, não querem ter respeito e eu quero respeito com o passado, com meu povo e com Mestre Pastinha, que pra mim, ele não morreu, ele está presente no meu trabalho, eu vejo sempre ele subir a escada e às vezes, as crianças me falam que tem um homem de branco aqui, sei que eles vêem, sei que Pastinha está bem, ele está vendo e não prometi nada a ele, outros prometeram e não cumpriram e isso pra mim é um orgulho.

Por exemplo, meu time de futebol preferido não é o Ypiranga, é o Bahia, mas eu uso as cores amarela e preta, pela história e o respeito que tenho pelo meu mestre e gostaria que fizessem assim comigo, não sei se vou achar.

Perguntei sobre mudanças em termos de conteúdo, do que a Capoeira Angola ensina. O senhor diz, "preservo aquilo que meu mestre me ensinou, tento manter e passar para meus alunos", mas, em relação à mudança de educação na sociedade, nas famílias, de como recebiam de uma forma e hoje, existem coisas que interferem nessa educação. Por exemplo, em relação à postura do mestre, pela sua vivência e observando essas mudanças, o senhor mantém a mesma postura, a maneira de como Pastinha ensinava, no rigor ou transformou ?

Eu não mudei nada porque não tenho esse direito, às vezes, quando a gente muda, pode mudar pra pior.

Às vezes, pessoas chegam aqui e não ficam, porque eu não trabalho com o coração, eu trabalho com a mente, porque se trabalha com o coração, pode tudo, aí eu posso misturar. Não tenho direito de mudar a natureza, porque pra mim, Capoeira é natureza, é floresta, é mato onde nasce a cabaça, a biriba, porque a capoeira de hoje está preocupada com "beleza", é como ditado que diz assim, "a mulher pra ser bonita não precisa se pintar, a pintura é do diabo e a beleza é deus que dá". Se você já nasce com beleza, a pintura é que não vai lhe dar, a mesma coisa é a capoeira.

Então, é isso, eu não vou mudar, não quero meu espaço cheio, sem qualidade, eu quero dez alunos, mas que valha por vinte e não cem, que vale cinco, eu sou assim, esse tipo de pessoa, Deus me fez assim e quem viver junto a mim, tem que aprender isso aí.

No Brasil, existem muitos desempregados e nossa preocupação dentro da Capoeira é principalmente com os angoleiros velhos e seus descendentes, porque estes continuam sem acesso e direito à educação escolar e isso dificulta muita coisa, então, como ampliar o campo de trabalho para dentro de escolas e universidades para ensinar essa cultura e acontecendo, o que deve ser ensinado?

O campo nas escolas e nas universidades é vedado para o velho mestre de capoeira. Já ouvi isso de alguns reitores em palestras comigo, que o velho mestre de capoeira não está porque é analfabeto, não sabe ler, não sabe escrever uma cartilha para o aluno, eu pergunto, será que os velhos mestres que semearam, que espalharam, que fizeram brotar essa capoeira e vemos hoje, esta imensa guerra para usar dela, eram professores de Educação Física, estudantes, doutores? Não, era um elemento que não sabia escrever nem um ó com copo, eram capoeirista de respeito, de sinceridade.

Estão em universidades, professores de capoeira que apóiam esse sistema capitalista, que defendem o professor de Educação Física ocupando o lugar do Mestre de Capoeira. Você hoje é minha aluna, uma menina que sabe ler, escrever, tem formação universitária, eu não sei ler, nem escrever, minha formação é a da vida, então, vejo

que é fazer isso que você está fazendo, uma troca de conhecimentos, você mostra o que sabe e eu mostro o que sei e juntos, fazemos esta cartilha e isso vale, eu estou lhe ensinando e você está me ensinando, então é isso o que deve ser, a justificativa no sistema é que não sou escolarizado, por isso não posso ensinar, agora, posso ser cobaia, como muitas vezes, tentam me usar.

[...] Um dia, fizeram-me uma proposta para uma determinada universidade, só tem que quando fui olhar os valores de quanto ia receber, meu valor era o último, o quarto da classificação, então, os mestres universitários podem ganhar quatro vezes mais do que um mestre da cultura da capoeira?

Achei uma falta de respeito comigo e com meu conhecimento, não aceitei e disse que aqui no Brasil não entro nas universidades, mas lá fora sim e tenho muitos alunos universitários por esse mundo.

Como poderia se dar uma troca de conhecimentos entre escolas formais e escolas de Capoeira Angola, para que ambas pudessem ampliar o nível de cultura tanto de professores quanto de alunos?

Ter humildade dos dois lados, pegar profissionais capacitados e primeiramente, articular palestras com toda direção de escolas e universidade, para clarear a visão sobre o que fazemos, como trabalhamos abrindo a mente dos adolescentes, e do outro lado, eles dizerem como deve ser feito. Tem muito baiano que não sabe o que é Capoeira Angola, sua história e pensam que capoeira é essa vista como uma coisa só e a sociedade, têm que ter o conhecimento que não existe uma capoeira só.

No momento que concluímos esta atividade de pesquisa, Mestre Curió disse que estava revelando seu pensamento e opiniões pela confiança que tem em mim e que nunca se abriu assim para outra pessoa, recomendou que eu afirmasse onde eu estivesse e com convicção, que não existe uma única capoeira como muitos querem enquadrar, a Angola é diferente de tudo o que é visto na mídia, no sistema. Respondi-lhe que tenho certeza disso; em seguida, pedi para fazer algumas fotos exatamente como estava durante nossa longa conversa e depois do lado de fora, em frente a sua escola.